



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 9463/18 - DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0283/18	DATA: 11/05/2018	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h56min	TÉRMINO: 13h35min	PÁGINAS: 52

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NELSON HUBNER - Ex-Ministro de Minas e Energia do Brasil.
RODRIGO BRITO - Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal — CUT/DF.
MAURO MARTINELLI - Diretor de Distribuição da Companhia Energética de Brasília — CEB.
ROBERTO PISCITELLI - Professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília.
THIAGO ALVES - Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.
FABÍOLA ANTEZANA - Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários.

SUMÁRIO

Debate sobre o Projeto de Lei nº 9.463 de 2018, que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, bem como os reflexos na prestação de serviços à população do Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há palavra ou expressão ininteligível.
Houve apresentação de peça teatral.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos dar início a nossa audiência pública.

Nos termos regimentais, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Especial que discute o Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, sobre a desestatização da ELETROBRAS, o que representa, em verdade, um crime contra a soberania energética e a soberania nacional e popular.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública, nos termos do art. 50 do Regimento Interno.

Quero saudar todas e todos vocês, particularmente os jovens que aqui estão e que nos encham de energia, para que nós possamos continuar preservando a energia sob o poder do povo brasileiro e deste País.

Chamo para compor a Mesa o Sr. Nelson Hubner, ex-Ministro de Minas e Energia do Brasil; o Sr. Mauro Martinelli, Diretor de Distribuição da Companhia Energética de Brasília; o Sr. Roberto Piscitelli, Professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília; o Sr. Thiago Alves, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens; a Sra. Fabíola Antezana, representante do Coletivo Nacional do Eletricitários, e o Sr. Rodrigo Brito, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal.

Composta a Mesa, nós vamos conceder o prazo de 10 minutos para que sejam feitas as exposições.

Antes, nós vamos ter a alegria de ver aqui uma *performance* do Movimento dos Atingidos por Barragens, que eu queria de público parabenizar pela luta incansável em defesa do povo brasileiro. (*Pausa.*)

Nós estamos com problema para que os integrantes do MAB que vão fazer a *performance* entrem na Casa, e vamos resolvê-lo. Enquanto isso, vamos passar a palavra aos nossos expositores.

Em primeiro lugar, terá a palavra para fazer sua exposição o ex-Ministro de Minas e Energia, Sr. Nelson Hubner, por um prazo de 10 minutos.

O SR. NELSON HUBNER - Bom dia a todos.

Tenho participado de todos os debates aqui, tanto na Câmara como no Senado, não só por causa da medida provisória da privatização da ELETROBRAS, mas também por uma combinação de outros processos que estão nas duas Casas,



como a MP 814/17, que pode ser votada antes — eu nem acredito muito que vamos conseguir votar essa da ELETROBRAS — e talvez cause muito mais mal ao País do que tudo o que estamos fazendo.

Antes de mais nada, eu às vezes fico até muito preocupado de estar falando aqui com vocês. Na plateia, quem é a favor da privatização, por favor, levante a mão. *(Pausa.)* Ninguém. Nós estamos aqui, obviamente, pregando para convertidos.

Minha proposta é a seguinte: eu vou mostrar uma série de dados técnicos, objetivos, numéricos, porque, quando venho a este tipo de debate, eu estou tentando responder para a sociedade. Se você perguntar a pessoas com bastante conhecimento, que a gente acha que é culta, que pensa, que se preocupa com o País, quando vai discutir este assunto, o que eles dizem? Todo mundo é a favor da privatização, porque o Estado não funciona mesmo, porque na economia é o mercado que responde, que conserta, que faz tudo.

Agora, o que precisamos fazer? Eu vou disponibilizar estes dados, colocar na mão de vocês, e vamos divulgar esta apresentação, estes números que estou mostrando aqui, nas redes sociais, nos grupos de WhatsApp da família. Eu tenho certeza de que na família de todo mundo tem um monte de gente mais conservadora e que, às vezes, não tem o entendimento disso, que está escutando na mídia que a ELETROBRAS está falida, que a empresa não funciona, que o Estado não funciona, que não vai acontecer nada, que vai baixar a tarifa.

Algo que é absolutamente irracional, por exemplo, e que a MP 579/12 fez, aumentar a tarifa no Brasil. Ora, mas se se reduz o preço da energia! Esta é a crítica de todo o pessoal da ELETROBRAS, inclusive do meu amigo Mauro, aqui: *“Não, isto aqui piorou, porque tiraram muitas receitas das empresas”*. Tiraram mesmo, e vão tirar de todas, estatais e privadas. Por quê? Para jogar isso para a sociedade. A sociedade brasileira é que tem que ganhar com as nossas usinas que estão amortizadas.

Eu estou trazendo aqui, então, números objetivos, que mostram o que pode acontecer com a privatização da ELETROBRAS e principalmente com a mudança de modelo regulatório no Brasil.



Esses dados, nós temos que passar para frente, para os nossos vizinhos, temos que falar com eles, temos que ter argumentos. Sugiro que imprimam algumas das tabelinhas que eu vou colocar aqui para passar para eles. Essa é a ideia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro, eu preciso falar disto, e tenho falado para todo mundo: a principal consequência do modelo que estão propondo, do modelo para o qual estão mudando, é que no Brasil não se vai conseguir contratar uma usina hídrica, e vai explodir o preço de energia. Ou seja, daqui a 5 anos, não tenho nenhuma dúvida, privatizando-se a ELETROBRAS, mudando-se esse modelo, vai haver outro racionamento de energia. E não precisa ser nenhum mago para concluir isso, porque será assim.

E aí o que eu tenho mostrado é isso, porque muita gente diz que não, porque está vendo nos outros países, que o mercado... Vamos ver como é o mercado mesmo?

Desta tabela constam os países que mais têm energia hídrica no mundo. Em termos de produção de energia, por exemplo, a China, que é muito grande, produz muito mais. Mas produção não serve muito de base. Quando eu pego capacidade instalada, os maiores aqui são China e Estados Unidos, que têm mais que a gente, embora apenas 6% da capacidade deles esteja instalada.

Eu tenho que mostrar isso aqui. O Presidente da Comissão, o Deputado do Rio Grande do Sul, questionou-me outro dia porque eu disse que os Estados Unidos têm um modelo, mas que lá tem muito pouca energia hídrica. É, tem muito pouca energia hídrica, proporcionalmente, mas agora vocês vão ver como é que eles tratam a energia hídrica deles.

Estes são os grandes países, e eles têm, então, muita energia hídrica.

Agora, há outro aspecto para o qual eu gostaria de chamar a atenção. Aqui vocês veem que o Brasil, em termos de produção de energia, estava, no ano de 2014, por exemplo, atrás do Canadá. Em 2016, já estávamos na frente. Mas como é isso? Nem aumentou a capacidade! É porque energia hídrica precisa de quê? De água, não é? E o Brasil está vivendo a maior crise hídrica de sua história, desde 2013 até hoje. Neste ano melhorou um pouquinho, mas muito pouca coisa.



Por exemplo, num ano aqui tivemos no Brasil 63% de geração. Naquele ano ali, 2011, que foi o último ano com a hidrologia mais favorável, 92% da energia que nós consumimos era de energia hídrica. As térmicas estavam todas paradas, e o preço da energia estava barato. Por que o preço da energia está aumentando no Brasil? Porque nós estamos gerando com térmicas, queimando gás e óleo.

Isso aqui é só para me localizar no tempo, porque, senão, aparece um Deputado amigo da nossa Deputada que vai questionar — e ele já questionou — o motivo pelo qual eu não coloquei, pois é pouquinho nos Estados Unidos. É pouquinho? Vamos ver.

Não vamos perder tempo com a China, porque lá é tudo do Estado, todas as companhias são do Estado, é um país comunista e tal. Na Noruega, não. Eu até fui criticado por colocar aqui uma tabelinha em inglês. Mas, como é um debate com Senadores e Deputados, eu quis colocar essa tabela aqui. E vocês podem consultá-la na Internet.

O que a Noruega fez? A Noruega descobriu cedo que o custo da energia hídrica — uma vez que se pagou a usina — é quase nada. Quase nada! Eles colocaram na Constituição norueguesa, em 1909 — e está lá em vermelho —, que todos os recursos da propriedade, uma vez que se obteve a concessão, voltam para a União, ou seja, uma empresa estatal vai operar aquilo ali pelo resto da vida. Hoje, então, mais de 90% de toda a fonte de energia da Noruega pertence ao Estado e é operada pela ELETROBRAS deles. Só que a ELETROBRAS deles, com a MP 579 — e a deles foi feita em 1090, muito antes de nós —, no caso de amortização, volta para o Estado. E, assim, eu defino a tarifa pelo custo, faço política industrial e forneço energia barata para a população. Essa é a realidade da Noruega.

No Canadá, há muitas usinas hídricas, não tanto quanto no Brasil; mais da metade da energia daquele país é hídrica. Em algumas províncias, como a província de Quebec, que eu grifei aqui, tem praticamente a metade da energia hídrica dos Estados Unidos. Esses dados aqui mostram tarifas de energia das principais cidades canadenses. Eu grifei em amarelo ali Montreal, Winnipeg e Vancouver. Por quê? Porque, quanto aos valores, chega a ser quase um terço do preço da energia, por exemplo, de Halifax, província da Nova Escócia, e de outros lugares. E por que essa



mágica? Montreal é o preço mais baixo de todos: 6 centavos de dólar por quilowatt-hora.

Quais são as empresas, as *utilities* que atuam nessa área? A mais baixa de todas, a Hydro-Québec, que eu mostrei no quadro anterior, que é dona da metade da usina hídrica do Canadá. A maior parte está amortizada, como no Brasil, quando foi feita a MP 579. E lá tem uma empresa que pertence ao Estado, cuja propriedade é pública, complementamente integrada, faz geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Em relação ao preço da energia dela, foi feito de forma diferente. Em vez de definir a tarifa pelo custo, a (*ininteligível*) disse o seguinte: “*Você vai me entregar 176 terawatt-hora por ano*”. O que é isso? É o mercado da província de Quebec para daqui a alguns anos ainda — e isso nem chegou lá —, a preço de custo. O resto pode ser vendido da forma como você quiser. É isso que permite que eles tenham uma tarifa muito baixa.

Conclusão: a província tem muita usina hídrica, que, se estiver amortizada, o preço da energia cai. É o que tentamos fazer aqui no Brasil.

Agora, com relação aos Estados Unidos. Eu poderia pensar que, se na China tudo é do Estado, nos Estados Unidos tudo é privado. Então, eu poderia pular isso. Mas não é, gente. É preciso mostrar isso aqui. Em determinadas áreas, há leilão nos Estados Unidos para o dia seguinte — e estão pregando que devemos fazer isso aqui no Brasil —, mas a usina hídrica deles não entra nessa brincadeira, não! Setenta e três por cento da capacidade deles estão nas mãos do Estado, sendo que mais de um terço dessa energia é operada pelo corpo de engenheiros do Exército americano. Isso é segurança nacional; é competitividade da indústria americana!

A indústria de produção de silício de Minas Gerais, que quis se instalar no Brasil e não conseguiu tarifa suficiente, negociou e se instalou no Vale do Tennessee, nos Estados Unidos. Daqui a pouco, nós vamos comprar placa e bateria para celular de uma indústria mineira importada dos Estados Unidos, porque eles ofereceram energia da MP 579 deles para as empresas se instalarem lá a preço baratinho. É isso que acontece naquele país. Até os Estados Unidos, que tanto defendem que o mercado deve fazer o preço de tudo — e no setor de energia não é diferente —, não abrem mão das usinas hídricas. Se a usina estiver amortizada, ela



fica na mão do Estado. Somente as usinas pequenas, micro e pequenas centrais, podem ficar na mão do setor privado. No resto, ninguém coloca a mão.

Então, por que manter a ELETROBRAS estatal? Eu vou passar rapidamente os dados aqui, porque senão a nossa Presidenta me corta o pescoço, pois o tempo é curto.

Temos aqui leilões de transmissão no Brasil. Isso aqui não mudou. Em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o modelo mudou. O modelo de leilão de transmissão é o mesmo, de 1995 para cá. Qual é a diferença que vemos aqui? Até 2002, as empresas da ELETROBRAS estavam no PND. No início do Governo Lula, elas foram retiradas do PND e foram liberadas para participar dos leilões de transmissão. E, mesmo assim, minoritariamente associadas a uma empresa privada. É só verem os resultados. Eu não vou ficar discutindo com vocês. Vejam os números aqui: 1%, 0% de deságio médio nos leilões. E vejam depois que a ELETROBRAS passou a participar dos leilões. E por que esses dois pequeninhos deram um grande desconto? Um da CEMIG, de Minas Gerais, que era do Estado, e o outro da COPEL, do Paraná, que resolveram participar dos leilões. Esses números estão aqui para mostrar o papel da ELETROBRAS nesse setor.

Em termos de leilões de geração, temos grandes usinas, como Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, mas nenhum grupo privado aventurou-se a entrar sozinho para disputar esse leilão. Todo mundo queria a ELETROBRAS. Nessa ocasião, eu era Ministro interino, e me fizeram entrar com uma ação na Justiça contra um grupo que fechou o mercado, pois se associou com FURNAS e com todos os montadores de equipamentos grandes, como turbinas e geradores, e só eles podiam participar do leilão. Todos os outros grupos denunciaram esse cartel. Em função disso, entramos com uma ação na Justiça contra esse grupo para desmontar esse cartel que estava formado para o leilão de Santo Antônio. Eles exigiam a formação de uma sociedade com outra empresa do grupo da ELETROBRAS, porque, sem ela, eles não entram nesses leilões. Isso aconteceu com Santo Antônio, Jirau e Belo Monte.

Vou mostrar aqui os números para vocês. Está tudo calculado. Eu estava no Ministério, gente, então sei o que é isso. Eu participei de todos esses leilões, eu coordenei todos esses leilões. Havia uma guerra com as grandes construtoras nacionais, que diziam ao Governo que, com menos de 140 reais, não participavam



do leilão dessa usina. Eles falavam em 160 reais para chegar a 140 reais. Aqui está a fórmula dos 140 reais relativa ao resultado do leilão. No caso de Santo Antônio, foram 78 reais por megawatt-hora, e de Jirau, 69 reais. E o que significa essa diferença? Significa uma economia para a sociedade brasileira, no contrato de 30 anos para entrega dessa energia, de 25 bilhões de reais em Santo Antônio e de 28 bilhões de reais em Jirau.

A mesma coisa aconteceu em Belo Monte. Chegou o momento em que as grandes construtoras se afastaram dos leilões e publicaram isso nos jornais — e vou mostrar isso no eslaide seguinte. E, quando foi anunciado o preço-teto do leilão, elas disseram o seguinte: *“Isso não é factível. Estamos fora do leilão, porque isso não é possível remunerar a gente para fazer a usina de Belo Monte”*. Pois bem, foi construída a usina sem as construtoras. Quem ganhou a licitação foi uma empresa do grupo da ELETROBRAS, associada a um monte de empresas pequenas, que não tinham a menor capacidade de construí-la sem contrato, que chamamos de “empresas para construção e fornecimento de equipamentos”. Contrataram tudo depois do leilão. E, como a usina é maior, o resultado foi uma economia de 60 bilhões de reais.

Vocês podem procurar esses dados na Internet, porque está tudo lá: *Camargo Corrêa e Odebrecht desistem do leilão de Belo Monte*. Elas levaram junto a Andrade Gutierrez e todas as construtoras nacionais, porque não aceitavam o preço. O que aconteceu nesse leilão? Duas empresas do grupo da ELETROBRAS fizeram dois consórcios diferentes para disputar o leilão, houve o leilão e saiu o resultado para a sociedade.

Gente, isso aqui é número e resultado. Só dessas três usinas, estamos falando em 113 bilhões de reais de economia para a sociedade brasileira.

E agora o projeto de lei está aqui no Congresso. Primeiro, o PL da privatização da ELETROBRAS prevê novas outorgas para aquelas concessões que foram renovadas pela MP 579. Segundo, denomina essas outorgas de “bonificações de outorgas”. *“Ah, o que tem isso? É bom. Dá um dinheirinho para o Estado. Vamos ver o que acontece com isso?”*

Eu observei o resultado do leilão das usinas da CEMIG. Como todos os outros Governos do PSDB, em 2002, o Governo optou por não renovar as



concessões das usinas, chegando a um ponto que as usinas não tinham alternativa. Essa é outra coisa que nos esquecemos de dizer da ELETROBRAS. E, se não houvesse a MP 579, em 2015, todas as usinas da ELETROBRAS que foram renovadas não seriam mais dela, não existiria a possibilidade de renovação daqueles contratos. Eles simplesmente se encerrariam, e elas seriam licitadas. E quem iria comprá-las? Os mesmos que compraram as usinas da CEMIG: os chineses, italianos e franceses. O Governo comemorou muito com a arrecadação de 12 bilhões de reais com a venda dessas usinas. Esse dinheiro foi todo para o Tesouro. Quem vai pagar isso? Alguém adivinha? Nós, gente, claro! Os mesmos.

Isso aqui grifado em branco é o que foi publicado pelo Governo. Eu completei esse quadro em amarelo aqui e o coloquei na última linha. O quadro mostra o custo de reais por megawatt dos leilões das usinas de CEMIG. Embaixo, eu coloquei Belo Monte. E é um absurdo a matéria que um jornal publicou dizendo que o Tribunal de Contas da União afirmou que houve superfaturamento, que havia dinheiro para político e para não sei mais quem. No entanto, obriga a ELETROBRAS a gastar 500 milhões de reais. A meu ver, essa quantia deveria ser cobrada do TCU! Alguém deveria chegar ao TCU e dizer: *“Escute, alguém deve pagar por isso aí”*.

Fizeram um levantamento de tudo: *e-mail* de todo mundo, gravação, telefone, etc. E descobriram o quê? Nada! É impossível, gente! Se os caras deram dinheiro para alguém lá, eu vou aplaudi-los, porque vejam o preço do leilão de Belo Monte: 33 bilhões de reais. Daí, eu peguei o preço do leilão da usina de Jaguara e o comparei com o da usina de Belo Monte, em termos de capacidade. Com o valor do leilão da usina de Jaguara arrecadado pelo Governo, era possível construir duas usinas de Belo Monte. Só que com uma diferença: Belo Monte foi construída, foram comprados equipamentos, geradores, houve riscos de todo tipo, conexão, inspeção do Ministério Público, etc. As outras usinas estão prontinhas e operando. A empresa recebe hoje a chave da usina e amanhã está faturando.

E foi tudo para a tarifa que estamos pagando. E qual foi o valor dessas usinas? O resultado dessa ópera são três multinacionais controladas por governos estrangeiros, que pagaram antecipadamente 12 bilhões ao Tesouro — que nós, consumidores de energia, vamos pagar nos próximos 30 anos, devolvendo nas tarifas de energia. É esse o resumo da ópera.



Só para se ter ideia, esses aqui são os números da usina de Jaguara. Peguei no contrato de concessão o valor. Isso aqui, essa GAG, é a receita da própria usina, para fazer a operação, manutenção, tudo lá: são 30 reais megawatt-hora.

E essa RBO é a receita do bônus de outorga: o que foi acrescentado na tarifa de Jaguara para pagar o dinheiro que as empresas pegaram emprestado para dar ao Tesouro Nacional. Vejam! São duas vezes e meia o valor do custo para operar a usina. As empresas vão ter aquilo ali. A tarifa foi multiplicada por mais de três. Aqui ainda está sem os custos de conexão. Isso aqui é só a usina mesmo: três vezes.

Isso aqui é número. Isso é o que temos que mostrar para os nossos amigos, para todo mundo que não acredita nisso. A tarifa da usina, que era 29,45 virou 107,51 quando a vendemos nesse leilão, que é o que está previsto fazer com todas as usinas da ELETROBRAS. Com ela não vai ficar nada, mas para o Tesouro fica muito — e nós, obviamente, mais pobres.

Eu peguei até um exemplo, porque fala-se muito nisso, e nós mesmos temos vergonha de falar na MP 579. Nós fizemos atrasado. Deveríamos ter feito isso há muito tempo no Brasil.

Essas aqui são as usinas. Peguei três casos de usinas grandes cujos contratos foram renovados conforme as normas da MP 579, com as tarifas atuais, incluindo tudo: custo de conexão, tudo quanto é custo.

Qual é o valor da tarifa cobrada por elas? Paulo Afonso está na faixa de 40 reais; Estreito, que é de Furnas, 45 reais; a própria Usina de Furnas cobra na faixa de 50 reais por megawatt-hora.

Essas de baixo são usinas vendidas e cujas concessões não foram renovadas conforme os preceitos da MP 579 e que colocaram seus contratos nas empresas através do bônus de outorga. Vejam o valor! Isso tem que ser mostrado!

Diante desses números, como podemos dizer que a MP 579 fez aumentar a tarifa, se nós estamos vendendo a energia regulada por ela por um terço do preço das outras energias? São números! Alguém tem que contestar.

Mas pode ser pior, é claro. Faz-se todo o bônus outorga aqui e soma-se a MP 814, que está rolando aí e que faz de tudo: aumenta o custo de tudo quanto é coisa, prorroga contrato até de *self-dealing*.



O Mauro Martinelli vai valorizar a sua Lajeado, porque vai permitir que os contratos caríssimos que a CEB Distribuidora tem hoje com Lajeado sejam prorrogados com as distribuidoras — todos eles estão na faixa de 260 reais. Usinas que foram licitadas pelo critério de maior pagamento de UPP antes de 2002 agora receberão sutilmente permissão para prorrogar esse contrato, conforme a MP 814. Vai valorizar Lajeado! Você pode vendê-la por um preço maior! Se estão querendo vendê-la, que a vendam por um preço maior, porque vai custar caro!

E quem vai pagar de novo? Os mesmos: nós também!

Então, fazem tudo, gente! Gás de PPT... A nova PETROBRAS que está aí chegou a romper unilateralmente todos os contratos das usinas que estão no Nordeste, como o Ceará, Pernambuco etc. Agora os caras dizem: *“Mas as usinas vão ficar paradas, têm que gerar, não sei o quê”*. *“Tudo bem. Eu tenho gás, desde que seja pelo preço que eu quiser”*. E botaram um preço no gás que multiplica por três o valor da energia dessas usinas.

E aí, o que a lei faz? Essa MP 814 determina que podem negociar e repassar o custo para os preços das usinas. Quem paga? São os consumidores da PPT: todos nós.

Então, eu acho que nós temos que fazer um apelo, com o esforço que a Oposição tem feito, para não deixar que isso seja aprovado. Isso é uma excrecência!

Existe uma lei retirando dinheiro do Fundo Social do pré-sal — está tudo dentro da MP; está tudo na emenda — para fazer o quê? Para subsidiar gasoduto. Nós vamos pagar de novo!

E se vier esse projeto do Ministério — eu acredito que não venha mais — de fazer leilões diários para a venda de energia? Vejam a combinação: vendemos a ELETROBRAS para uma empresa chinesa — porque nem os espanhóis, nem os italianos, nem os franceses vão conseguir competir com os chineses; os chineses vão comprá-la —, e haverá preço diário para o mercado. Gente, a ELETROBRAS tem capacidade de decisão sobre metade da energia deste País, e será feito um leilão em que todo mundo fará uma oferta de preço. *“Ah, o preço da minha energia é 800 reais o megawatt-hora”*. *“Não, mas não custa isso!”* *“Mas não é custo; é preço, é*



mercado. O mercado é que manda!” Ele fala: “Então eu não quero a sua energia”. E a resposta será: “Está bem. Operem sem a minha energia”.

É possível atender o Brasil sem metade da energia? Não é possível! O Brasil será obrigado a aceitar essa energia pelo preço que eles quiserem cobrar. Isso é o que vai acontecer com o País.

Por favor, peguem esses dados — eu vou disponibilizar a apresentação, eu moro aqui em Brasília, estou sempre disponível — e os repassem. Vamos repassar para os grupos do WhatsApp da família, dos amigos das peladas — para quem joga futebol, como eu —, porque existem pessoas de todas as matizes ideológicas, e vamos mostrar isso.

Eu não estou falando em ideologia, nem estou defendendo o emprego de vocês. Eu quero defender a vida dos brasileiros no futuro. É este o nosso trabalho! É muito mais do que o emprego dos trabalhadores e das trabalhadoras, que é muito importante, mas é mais do que é isso: é a descendência de vocês: filhos, netos e todos os demais.

Vamos nos engajar nisso e espalhar essas mensagens para todo mundo com dados, com números, e vamos ver se alguém contesta.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu agradeço ao Sr. Nelson Hubner, ex-Ministro de Minas e Energia, pelos esclarecimentos que mostram que há uma discussão matemática. O Governo acha que pode ser dono também da matemática e a está utilizando para os seus interesses de entrega do patrimônio público, ao dizer que a tarifa energética vai diminuir com a desestatização da ELETROBRAS.

Aliás, ele mesmo entra em contradição, porque foi dito aqui pelo Ministro de Minas e Energia que a tarifa não seria aumentada. E o Ministro da Fazenda, em outra audiência pública, disse que aumentaria o preço da energia.

Mas nós sabemos por tudo isso e pela experiência concreta que houve um aumento com as vendas e as privatizações do Governo Fernando Henrique Cardoso; que houve aumento com a venda das usinas da CEMIG — e aqui já foi bem explanado —; que tem havido aumento nas tarifas de energias com o processo de privatização, porque o Governo tem dito que vai descotizar, ou seja, vai tirar o



preço tarifário relacionado ao custo da energia e o colocará para o custo de mercado.

Eu acho que foi bastante esclarecedor.

Antes de passar a palavra ao Sr. Mauro Martinelli, Diretor de Distribuição da CEB — Companhia Energética de Brasília, nós vamos passar a palavra ao Presidente da CUT/DF — Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, Sr. Rodrigo Brito, que fará uma saudação.

O SR. RODRIGO BRITO - Obrigado, companheira Deputada Erika Kokay, a nossa Deputada Federal.

Nós temos muito orgulho de ter essa companheira sempre conosco. Afinal, ela é a única representante de Brasília na Câmara Federal da qual nós podemos dizer que, de fato, tem compromisso com a classe trabalhadora e com o povo brasileiro. Infelizmente, quanto aos demais — pelas posições que tiveram durante todo este mandato e nas votações —, nós não podemos dizer que representam de fato os interesses da população brasileira.

Então, é sempre uma satisfação estar com a companheira, principalmente lutando por pautas tão importantes como esta que estamos discutindo aqui em defesa do patrimônio do povo brasileiro, quando nós falamos das estatais, e da nossa soberania nacional.

O que está ocorrendo, na verdade, quando querem privatizar a ELETROBRAS? É um crime contra o povo brasileiro.

Eu pedi licença para fazer esta breve saudação a cada aguerrido companheiro e companheira aqui presente porque, nesta semana, nós tivemos ciência de algumas informações e de alguns fatos novos e estamos correndo contra o tempo, preparando uma ofensiva para uma grande ação na próxima semana.

Nós temos agora uma reunião às 11h30min e outra logo em seguida, às 13h, com outras entidades sindicais que também representam os trabalhadores de estatais, para que nós possamos fazer uma grande atividade na semana que vem com unidade. E, na segunda-feira, com certeza, nós estaremos juntos, afinando a viola, para realmente atacar aqueles que querem dar o golpe no patrimônio do povo brasileiro e na nossa soberania nacional.



Então, eu pedi licença apenas para saudar cada um e cada uma. Eu vou ter que me retirar do plenário para que nós possamos, nesse curto período de tempo que temos até segunda-feira, realmente organizar, com as nossas demais entidades — no caso do Distrito Federal, com os nossos 91 sindicatos filiados à CUT — e com todos os demais movimentos, uma grande ofensiva contra aqueles que querem roubar os nossos direitos, o nosso patrimônio e o futuro da população brasileira.

Eu deixo um forte abraço para cada um e para cada uma e agradeço à companheira Érica pelo espaço para fazer essa saudação.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria parabenizar o nosso Presidente da Central Única dos Trabalhadores por ser um baluarte na defesa dos nossos direitos trabalhistas — e não só deles.

É bom lembrar que ontem foi lançado o Estatuto do Trabalho, coordenado pelo Senador Paulo Paim, que coloca novos parâmetros para além da barbárie que está posta na reforma trabalhista para os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Antes de passar a palavra ao Sr. Mauro Martinelli, eu quero anunciar a presença da FURCEN — Federação dos Urbanitários do Centro-Norte; da Brigada Lula livre, composta pelo MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens, pelo MPA — Movimento dos Pequenos Agricultores, pelo Levante Popular da Juventude, pelo MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelo MCP — Movimento de Cultura Popular ou Movimento Camponês Popular; e dos alunos e alunas do Centro de Ensino Médio nº 414, de Samambaia Norte, acompanhados pelo Prof. David, de História.

Eu passo a palavra ao Diretor de Distribuição da CEB, Sr. Mauro Martinelli.

O SR. MAURO MARTINELLI - Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay, em nome da qual eu cumprimento todos os integrantes da Mesa. Eu quero cumprimentar também todos os companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras.

Eu quero fazer a minha apresentação falando de apresentações feitas nesta Casa por integrantes do Governo e mostrando, com dados e fatos baseados em números — e a matemática não mente — o que realmente vai acontecer com a



privatização, se ela ocorrer, e o que já aconteceu em razão de medidas tomadas anteriormente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeira coisa: incomoda muito a mim, como profissional do setor elétrico, e eu acho que incomoda a todos nós, quando vemos autoridades do setor elétrico brasileiro virem a público fazer contundentes críticas ao setor elétrico. Eu acho que eles não sabem — isso é fruto de uma pesquisa — que fornecimento de energia elétrica é reconhecido como o melhor serviço público do Brasil. Esse é o serviço público mais bem avaliado pela população do País. Apesar disso, aqueles que deveriam defender o que nós fazemos vêm a público fazer críticas completamente infundadas.

Há outra questão importante. Estão falando da possibilidade da privatização das empresas estatais, e vejam essa informação, também muito importante, que ninguém diz. Quais são as marcas de maior prestígio no Brasil? ELETROBRAS, Itaipu, Furnas, que são empresas estatais.

Quando estão vendendo uma empresa, estão vendendo não apenas o patrimônio, mas também a marca, que muitas vezes é mais importante do que o próprio patrimônio.

Passo a outra questão importante. Essa lâmina faz parte de uma apresentação que o então Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, fez. Eles só mostram a grandiosidade dos números da ELETROBRAS, que todos nós sabemos. Mas uma coisa aqui chama muita atenção: “*ELETROBRAS, orgulho dos brasileiros*”. Querem privatizar o orgulho do povo brasileiro. E chamam atenção também os números que colocam. É verdade: a ELETROBRAS tem 31% da capacidade de geração de energia no Brasil e 47% da transmissão.

Esses são números inegáveis, mas o mais importante eles não dizem. Eles não dizem que a ELETROBRAS é muito mais do que um órgão, é muito mais do que uma empresa, é muito mais do que uma *holding*, é muito mais do que aqueles números que eles mostram. A ELETROBRAS, de fato, é um órgão com funções constitucionais — o privado vai fazer isso? —; é um fundo de investimento; é um centro de pesquisa; é executora de programas especiais, o que o privado não fará.



Eles não dizem também que a ELETROBRAS é um financiador de políticas estratégicas — o que o privado também não fazer —, como a universalização do atendimento, o PROCEL, a nuclear.

E uma das questões mais importantes: a ELETROBRAS atua como transferidor de recursos entre regiões. É por isso que a ELETROBRAS consegue fazer a gestão das empresas distribuidoras, que são deficitárias: porque ela transfere recursos de uma região para outra. O privado nunca conseguiria fazer isso.

É essa a importância da ELETROBRAS para o País. É essa a importância da ELETROBRAS estatal.

E mais: a ELETROBRAS representa os interesses do Brasil em assuntos de energia internacional e de fronteira. Não dizem que estão em estudos vários projetos de construção de novas hidrelétricas em rios de fronteira. E quem vai fazer isso, a não ser uma empresa estatal com outra empresa estatal do nosso país vizinho?

Há ainda uma coisa que para mim é fundamental e que o Nelson mostra. E eu só quero dizer que nós temos aqui no País a ANEEL, que é o regulador formal, mas o regulador do mercado, do custo da energia, é a ELETROBRAS. Nós vamos perder este instrumento de política pública fundamental para o País? E o Nelson provou — eu fiz apenas um resumo. Está aqui: graças à participação da ELETROBRAS nos leilões de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, o povo brasileiro vai economizar em 30 anos desse contrato, com a redução de tarifa, 113 bilhões de reais. Se a ELETROBRAS não tivesse atuado naqueles leilões, nós iríamos pagar, em 30 anos, 113 bilhões a mais em tarifa.

É por isso que eu digo que a ELETROBRAS atua como regulador do mercado. E querem abrir mão disso, para que o privado ganhe mais dinheiro.

Há outra questão também. Na apresentação da ELETROBRAS — e eu estou fazendo questão de mostrar os eslaides deles —, eles dizem claramente qual é o valor da ELETROBRAS. Mostram que o valor da empresa está por volta de 29,6 bilhões.

Agora, vamos falar a verdade: isso é papel, é uma conta, e nós sabemos fazer conta, fazer a matemática da verdade.

Vamos construir uma nova ELETROBRAS? O próprio Ministro diz que a ELETROBRAS tem 70 mil quilômetros de linhas de transmissão. Quanto custa para



construir 1 quilômetro de linha de transmissão? Custa 1 milhão. Vejamos: 1 milhão vezes 70 mil é igual a 70 bilhões de reais. Esse é o patrimônio que a ELETROBRAS tem apenas em linhas de transmissão.

Vamos agora para a geração. A ELETROBRAS tem uma potência instalada de 47 mil megawatts, ou 47 gigawatts. Quanto custa para construir hoje 1 megawatt? Custa 5 milhões. Então, é só fazer uma continha — e nisso não dá para errar: 5 milhões vezes 47 mil é igual a 235 bilhões. Esqueçam o resto! Só na geração e transmissão, quanto custaria construir uma nova ELETROBRAS? Custaria 305 bilhões de reais. Isso é conta! E eu estou falando só de transmissão e geração, só de usina baratinha.

E querem vender tudo isso por quanto? Por 12 bilhões de reais!

Eu não estou falando de mais nada; eu estou falando de usinas baratinhas, considerando só a geração e a transmissão. A ELETROBRAS vale 305 bilhões, e querem vender o controle da empresa por 12 bilhões.

Qual é o modelo a ser adotado? Eu acho isso um absurdo! Quando o Governo fala da privatização, ele coloca alguns itens do modelo.

Primeiro: a venda das distribuidoras é condição para a desestatização da ELETROBRAS. O privado vai comprar a ELETROBRAS com as distribuidoras? Não! Então, primeiro, tem que vender as distribuidoras.

Segundo: a desestatização da ELETROBRAS será na íntegra, do jeito que ela está, uma megaempresa.

Terceiro: haverá aumento do capital, com diluição acionária.

Eu só quero falar, porque não vai dar tempo, desses e de outro ponto aqui, que é o cúmulo do absurdo, e nós vamos mostrar com números, que é o poder de voto dos acionistas limitado a 10%. Guardem isso! Olhem o que o Governo está fazendo, e chama isso de democratização da ELETROBRAS.

Vou falar agora da venda das distribuidoras.

A ELETROBRAS foi obrigada a assumir a gestão das distribuidoras. Na minha visão, isso está correto, porque é uma empresa estatal e tem realmente que fazer isso. Ninguém quis assumir, o privado não quis assumir, quem assumiu as distribuidoras do Norte e do Nordeste foi a ELETROBRAS. Eles são tão eficientes! Por que não assumiram?



Segundo. Todos nós sabemos que as distribuidoras são deficitárias nas condições atuais.

Terceiro. Isso foi o que fez a grande ELETROBRAS e que eles não querem que se faça mais. A ELETROBRAS reverteu os prejuízos das distribuidoras, que hoje dão prejuízo, em quê? Em subsídios à população do Norte, que merece e que precisa! Tirou o dinheiro das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul e colocou o dinheiro naquela região onde os brasileiros precisam. É isso que é ser transferidor de recursos. Este é o papel de uma empresa estatal.

Pasmem! Assumiu também os prejuízos da distribuição, que foram cobertos pela geração.

São números que estão aqui nesta apresentação.

Aí o que o Governo quer fazer? O Governo quer vender cada distribuidora por 50 mil — não está errado, não! Não são 50 milhões; são 50 mil mesmo. Além de vender cada distribuidora por 50 mil, a ELETROBRAS vai assumir uma dívida de 11 bilhões de reais.

Eu vou dizer uma coisa — eu aprendi um pouquinho agora na Diretoria da CEB: coitados dos Diretores da ELETROBRAS! Eles vão responder pelo resto da vida, se aprovarem uma coisa desse tipo, porque estão causando um prejuízo imenso à ELETROBRAS, porque estão causando um prejuízo imenso ao povo brasileiro, e vão responder pelo resto da vida, caso consigam fazer isso.

A outra questão se dá quando eles dizem lá atrás que querem vender a empresa unificada, integrada. Isso é outro absurdo, na minha visão, porque vai ser criada uma megaempresa privada, que vai ter 31% do mercado de geração, 47% do mercado de transmissão, 50% da energia armazenável nos reservatórios e 70% da potência de transformação.

Gente, o que isso vai causar? Eles dizem que querem aumentar a competição, mas vai acontecer o contrário: vai-se inibir a competição. Exatamente o contrário do que eles estão dizendo. Então, inibe-se completamente a competição entre as empresas, que eles dizem que querem atingir, e asfixiam-se os *players*, inclusive os próprios privados. Como um *player* privado vai poder competir com uma megaempresa como esta?



E o pior é que vai acontecer o que aconteceu na Califórnia, a manipulação dos preços, e a tarifa vai aumentar. Eu disse que a ELETROBRAS reduziu as tarifas na expansão. Sem a presença da ELETROBRAS, a tarifa será aumentada.

Há outra questão também. Essa lâmina faz parte de uma apresentação do Presidente da ELETROBRAS.

Vejam o que ele coloca: que a ELETROBRAS tem um patrimônio de 30 bilhões de reais; que, desses 30 bilhões de reais, 60%, ou 18 bilhões de reais, são do Governo, da União — ELETROBRAS, BNDES —, e 40%, ou 12 bilhões de reais, são dos privados, juntos. Então, a União tem 60%, e os privados, 40%. Aí eles dizem o seguinte: *“Nós vamos ter que fazer a outorga, a descotização”*. É isso que o Nelson colocou.

O Governo o calculou, e ninguém sabe. Eu queria que o Governo apresentasse um estudo técnico, científico, mostrando que, para fazer a descotização, são necessários 12 bilhões de reais. Ninguém apresentou esse estudo. Não existe nenhum estudo que comprove que a descotização vai custar 12 bilhões de reais.

Mas vamos acreditar nisso. Aí eles estão dizendo o seguinte: *“Como o Governo brasileiro não tem dinheiro, o privado vai colocar os 12 bilhões de reais”*. E o valor da empresa, que era 30 bilhões de reais, com mais 12 bilhões de reais, passou a 42 bilhões de reais. Como vai haver a diluição do capital, o Governo não vai colocar nem um tostão. Então ele vai continuar com 18 bilhões de reais, e os privados passam de 12 bilhões de reais para 24 bilhões de reais. Isso é que é diluição: a ELETROBRAS passaria a ter 43% — guardem esses números! — e o privado, 57%.

Agora, vejam a mágica. Vejam o que o Presidente da ELETROBRAS, o que o Ministro de Minas e Energia chama de democratização do capital da ELETROBRAS. Como ninguém poderá ter poder de voto superior ao equivalente a 10% das ações, os 43% da ELETROBRAS, 18 bilhões de reais, sabem quanto vão ter de direito de voto? O equivalente a 10%. E o restante, 57%, sabem quanto vai ter de direito de voto? Vai ter 90%.



Isso é democratização? É isso que vai acontecer: a ELETROBRAS vai ficar com 43% das ações, mas só vai poder votar por 10%. Vamos ser sinceros, isso é zero, porque não adianta ter 10%; quem tem a maioria é que vai definir isso.

Passo a outra questão também muito importante.

Essa é uma lâmina apresentada pelo Presidente da ELETROBRAS. Ele disse que a estimativa de arrecadação com a descotização é entre 7 e 12 bilhões de reais.

Deputada Erika Kokay, pergunte a ele qual estudo levou a esse valor. Não existe! Não existe um estudo que diga que o valor da descotização — do prêmio de outorga que vai ser pago à União — está entre 7 e 12 bilhões de reais.

É irresponsabilidade fazer uma proposta como essa, que não está calcada em um estudo científico, em um estudo técnico.

A ANEEL fez essa alerta. Foi a ANEEL quem disse — não fomos nós! — que, se isso for colocado em prática, poderá haver um aumento na inflação entre 4,6% e 14,2%.

E aí, gente, chamo a atenção para a tarifa de cotas. Essas 14 usinas da ELETROBRAS, sobre as quais o Nelson falou, que estão cobrando por volta de 30 a 40 reais, vão passar a cobrar a tarifa de mercado, que eles estão calculando em torno de 250 reais o megawatt-hora. E dizem que não vai ter aumento de tarifa.

Outra questão importante. Quais são os motivos, ditos pelo Governo, para a venda? Ele diz o seguinte: *“Tem que vender porque o setor privado é mais eficiente do que o Estado. Tem que vender porque, com esses recursos, vai-se investir na educação, na saúde e no transporte”*.

Eu quero dizer para os senhores que tenho orgulho de, neste momento, estar Diretor da CEB, uma empresa estatal que representa 1,25% do setor elétrico brasileiro. E posso dizer que neste ano a CEB foi a melhor empresa da Região Centro-Oeste. E é a única estatal! As outras são privadas. Então, qual é a justificativa para dizer que o setor privado é mais eficiente que o setor estatal?

Todo mundo está acompanhando pela imprensa o que está acontecendo com a Hidrelétrica de Santo Antônio. É uma empresa estatal? É uma empresa privada. O que está acontecendo com ela? Existe uma dívida bilionária.

Então, qual é o argumento, qual é a justificativa para se dizer que uma empresa privada é mais eficiente do que uma empresa estatal? Não existe!



Outra questão é a seguinte: eles dizem que basta vender as empresas para haver melhorias. Só que eles não dizem, gente — é uma coisa tão simples —, que o setor elétrico já é privado. Por que não reduziram a tarifa? Por que não melhoraram, como dizem, a eficiência? No Brasil, 80% da distribuição do setor elétrico é privada; 53% da transmissão do setor elétrico é privada; 69% da geração do setor elétrico é privada. Aí eles vêm com o argumento: *“privatiza, que vai haver redução de tarifa”*. Mentira!

Ontem eu vi uma palestra do Presidente da ABRADÉE, que foi à CEB, convidado por nós, para a abertura de um seminário técnico que estamos promovendo. Ele, na sua apresentação, mostrou a composição da tarifa. Dos 100% da tarifa de energia elétrica, sabem quanto fica com a distribuição? Ficam 18%. A conta de energia é alta? É, mas de cada 100 reais que você paga, só 18 ficam com a CEB. Sabem qual é o percentual de tributos? Chutem! De cada 100 reais que pagamos na conta de energia elétrica, 40% são tributos, encargos. Querem reduzir a tarifa de energia elétrica? É fácil! Basta reduzir o quê? Os tributos. Os custos de geração, de transmissão e de distribuição estão corretos. O que o Governo tem que fazer é reduzir os tributos, os encargos. Mas eles não querem isso.

Outra questão importante é aprender com a história. O que aconteceu quando o Governo iniciou esse processo de privatização? Na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, tivemos o apagão, o maior racionamento da história do Brasil. E é isso o que vai acontecer novamente, se levarmos à frente o processo de privatização.

Fico muito incomodado quando o Governo diz que as empresas estatais não são ineficientes. Isso não é verdade. Isso aqui é um dado. Como se mede a eficiência de uma empresa? Não é através de achismo. A eficiência de uma distribuidora, operacionalmente, é medida por meio do DEC e do FEC, do tempo em que fica desligado por ano e o número de vezes que é desligada por ano.

Hoje, a CEB, uma empresa estatal, tem o menor DEC da sua história, abaixo daquilo que é exigido pela ANEEL. Brinco, ao dizer o seguinte: *“A CEB está no futuro, porque o a ANEEL está exigindo um DEC e um FEC agora, mas nós já atingimos as exigências para o ano de 2019”*.



A mesma coisa acontece com a geração e transmissão. Não vamos acreditar naquilo que dizem. A ELETROBRAS é ineficiente? Provem!

Está aqui: Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão. É isso que mede se uma empresa é eficiente ou não. Sabem qual foi esse índice, no caso da ELETRONORTE? Índice do tempo em que as linhas ficaram disponibilizadas: 99,91%. E nós é que somos ineficientes?

Olha, recentemente, várias torres de transmissão de Furnas e de uma empresa privada foram derrubadas próximo à Região Centro-Oeste. Furnas levou 2 dias para recuperá-las. As torres da empresa privada continuaram com problemas por vários dias. Quem é ineficiente?

Agora vamos falar um pouco sobre geração. Para ver se uma empresa é eficiente ou não, temos que analisar o Fator de Disponibilidade por Fonte de Energia Primária. Vejam a fonte hídrica: acima de 94%. Isso prova que nós somos eficientes.

Quando uma autoridade do Governo diz que tem gente saindo pelo ladrão na ELETROBRAS, também é mentira, porque, quando se fazem os cálculos de megawatt-hora por trabalhador, um dos menores do mundo é o da ELETROBRAS, mesmo contando com os trabalhadores das distribuidoras. Então, não se pode simplesmente fazer uma avaliação sem se basear em fatos e dados; apenas no achismo; apenas para convencer a população.

Vejam isso. Eles usam também como argumento para reforçar a necessidade de privatização da ELETROBRAS a redução da dívida pública, para cobertura do déficit primário.

Vamos aos números agora. Valor previsto com a privatização da ELETROBRAS: 12 bilhões. Déficit primário em 2017: 159 bilhões. Não vai fazer nem cosquinha, gente!

Vamos agora para outra informação. Dívida pública do Governo: 4,3 trilhões. E 12 bilhões vão fazer alguma diferença? Vai reduzir...

E o que aconteceu no passado? Aprendendo com a história, vemos que na década de 90 o Governo privatizou a Vale, todas as empresas de telecomunicações, todas as siderúrgicas e 20 empresas do setor elétrico brasileiro. E a dívida líquida do setor público subiu de 32% para 56%. Será que nós não vamos aprender com a história?



Outra questão é a descotização.

Já mostrei aqui que, com a descotização, a tarifa, segundo a ANEEL, pode aumentar de 4,6% para 14,2%. Mas não é só isso!

Primeiro: quem vai pagar aqueles 12 bilhões? Quem vai pagar aqueles 12 bilhões é a população, somos nós, por meio das tarifas. Só que eles vão pagar de uma única vez! Vocês acham que o setor privado vai colocar a mão no bolso e dizer: *“Estão aqui, Governo, 12 bilhões de reais”*. Eles vão pedir financiamento de 12 bilhões, e os encargos desse financiamento de 12 bilhões vão para as tarifas, para que o povo brasileiro pague.

Hoje o risco hidrológico é do consumidor. Vai passar para a concessionária, para a hidrelétrica. Gente, eles vão assumir esse risco sozinhos? Vai passar para as tarifas. Quem vai pagar é o consumidor.

Toda vez em que há uma melhoria na usina, aquela melhoria também é repassada para as tarifas.

E as indenizações? Nelson, por favor, você pode me corrigir se eu estiver falando alguma besteira aqui. São duas indenizações. Primeiro, a indenização das linhas de transmissão. São quase 40 bilhões de reais. E tem outra indenização, que a ANEEL estava calculando, não concluiu, parou, que é a indenização da geração, que está por volta de 10 bilhões de reais. A ANEEL parou de fazer esses cálculos, mas estava em processo de cálculo a indenização da geração: 10 bilhões de reais. Então, nós vamos pagar isso também nas tarifas.

Isso aqui eu já mostrei. Está aqui. Essa foi a apresentação da ABRADÉE: 40% do valor da tarifa de energia elétrica são encargos; 18% ficam com a distribuição; 35% ficam para a energia. Portanto, é simples reduzir a tarifa. Ministro de Minas e Energia, reduza os tributos! Dessa forma, V.Exa. reduzirá a tarifa, sem penalizar mais as empresas e a população.

Outra coisa que eles dizem também: *“Não é possível, não há recursos para investimentos”*. Também não dá para acreditar! Vejam o resultado da ELETROBRAS em 2017 com geração e transmissão. Está lá, gente! Sabem qual foi o lucro da ELETROBRAS com geração e transmissão? Este ano: 4,7 bilhões. Nós estamos falando de um lucro de 4,7 bilhões com a geração e a transmissão no ano de 2017.



A distribuição deu prejuízo, sim, de 4,5 bilhões. Mas quem pagou o prejuízo da distribuição? A geração e a transmissão. Como? Fazendo o papel de Estado; fazendo o papel de uma empresa estatal; fazendo o papel de uma empresa pública; transferindo recursos de uma região para outra. Esse é o papel fundamental da ELETROBRAS. Ou o Governo brasileiro vai deixar os nossos irmãos do Norte e do Nordeste sem energia?

Se o setor privado é tão eficiente, por que não aceitou fazer a gestão dessas empresas? Porque não é capaz. Se o setor privado é tão eficiente, por que não aceita fazer a gestão dessas empresas com as usinas cotizadas? Por que não aceita? Quer a descotização, passando de uma tarifa de 30 para 250. Se o setor privado é tão eficiente, por que quer que a ELETROBRAS fique com as dívidas das distribuidoras e compre cada uma delas pelo preço de um carro popular?

Eu acho que nós também temos que ter propostas.

Eu não acredito nos cálculos do Governo, que diz que a descotização vai custar entre 7 e 12 bilhões, porque não há estudo científico que mostre isso. É só pedir os estudos. Mostrem-me os estudos. A ANEEL calculou a tarifa e tem uma nota técnica. Vamos pedir para o Governo. Cadê a nota técnica por meio da qual se chegou à conclusão de que, para descotizar, o prêmio que vai ser pago à União ficará entre 7 e 12 bilhões?

Sabem como o Governo poderia arrecadar muito mais recursos, sem perder o controle acionário? Eu defendo — e sei que alguns são contra — a abertura de capital, sem perda do controle acionário.

Quanto entraria de recursos só na ELETRONORTE? A ELETRONORTE é 100% estatal. Vamos vender 49% da empresa. Só com o valor de Tucuruí, gente — a concessão vencerá em 2023 —, o Governo iria ganhar muito dinheiro. Agora, o Governo está entregando uma empresa do porte da ELETROBRAS por 12 bilhões de reais. Ele poderia arrecadar muito mais, mantendo a empresa como estatal.

Eu defendo a reestruturação da ELETROBRAS, porque também acho que não pode ficar do jeito que está. Nós temos que reestruturar a ELETROBRAS, com a visão de uma empresa estatal, com a visão de uma empresa que presta um serviço extraordinário para o País, com a visão de um País que precisa de energia para se desenvolver.



Eu defendo também a criação da ELETROBRAS em dois grupos. Primeiro, com a criação da empresa de distribuição, que seria uma empresa estratégica. Não importa se vai dar lucro ou prejuízo, ela é estratégica! Ou nós vamos abandonar a Região Amazônica? Ou nós vamos abandonar as regiões de fronteira? Todos nós sabemos o olho gordo desses países nessa região. Ela é estratégica, sim, e tem que ficar na mão do Estado.

Em segundo, lugar, defendo a criação da ELETROBRAS transmissão e geração. Foi provado que essa empresa daria lucro de 4,7 bilhões, sem se mexer em nada.

E, finalmente, na minha visão, com a abertura do capital e a manutenção do controle acionário, a empresa teria recursos para fazer todos os investimentos necessários. Assim, nós vamos fazer com que a ELETROBRAS, uma empresa com a marca que toda empresa do mundo quer ter, permaneça uma estatal.

Eu sei que já esgotei o meu tempo, Presidente, e vou terminar. Só queria dizer o seguinte: não é possível que as pessoas não tenham juízo e continuem com a proposta de doar — isso não é venda, nem privatização — a ELETROBRAS por 12 bilhões de reais, prejudicando a política do Brasil como um todo.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço ao Mauro Martinelli e passo a palavra, então, ao próximo expositor, que é professor de finanças públicas da Universidade de Brasília, o Sr. Roberto Piscitelli.

O SR. ROBERTO PISCITELLI - Inicialmente, eu agradeço imensamente à Comissão Especial que analisa a proposta de desestatização da ELETROBRAS pelo convite, particularmente à Deputada Erika Kokay, que é a mais legítima representante do Distrito Federal nesta Casa.

Eu gostaria, *a priori*, de esclarecer que não sou um especialista na área de energia, diferentemente do Dr. Hubner e do Dr. Martinelli. Sou, sim, um estudioso de questões orçamentárias e financeiras públicas, particularmente. Portanto, meu enfoque vai ser um pouco diferente daquele apresentado pelos meus colegas.

Eu entendo que esse tipo de assunto suscita invariavelmente abordagens que destacam aspectos relacionados às nossas concepções sobre a função do Estado.



Portanto — não há como fugir dessa constatação —, elas têm como foco a nossa ideologia, e isso não poderia nem deveria ser diferente.

Mas há também — isso foi amplamente demonstrado nas duas exposições anteriores, que acho muito relevantes — questões inafastáveis, de natureza técnica, que ficam muito evidentes nas exposições e nos dados apresentados. Há muita gente, realmente, como vocês disseram, brigando com a matemática. Impressiona-me a manipulação que nós podemos fazer com os números, as estatísticas, um fenômeno bastante conhecido. Então, essas questões de natureza técnica são inafastáveis e podem, sim, ter como referência parâmetros objetivos, concretos.

Evidentemente, existe, às vezes, uma fronteira mais ou menos tênue entre essas duas abordagens, mas o fato de algumas vezes essas duas abordagens se confundirem ou se sobreporem não deve ser um fator inibidor da nossa análise. Nós temos a nossa ideologia, mas podemos defendê-la de forma objetiva, concreta. E, eu diria honestamente, isso ficou amplamente demonstrado nas exposições anteriores, especialmente para mim — não sou um especialista na área de energia. Foram exposições muito convincentes, muito contundentes.

Dessa maneira, começo dizendo que não posso fugir à sensação de ter ficado estarecido diante do fato de que uma empresa hoje lucrativa — isso está demonstrado até contabilmente —, cujo valor é inestimável... E vejam: ela não pode ser avaliada apenas pelo seu valor estritamente contábil. Isso é uma deformação que está muito presente nas discussões sobre os processos de privatização e desestatização. Parece que algumas pessoas não têm a menor noção do que sejam os intangíveis, os fundos de comércio e outras questões que qualquer estudioso de contabilidade conhece, às vezes, infelizmente, até certo ponto, melhor do que muitos economistas ou do que muitos economistas de plantão. Portanto, não me venham atribuir a uma empresa do porte e com a função da ELETROBRAS um valor que esteja estritamente associado apenas ao patrimônio contábil.

O que me estarece é o fato de que se está tentando vender essa empresa, esse complexo, esse sistema, por 12 bilhões de reais, e essa afirmação nem pode ser contestada, porque várias autoridades do Governo têm afirmado e reafirmado esse valor de 12 bilhões de reais.



Não posso fugir à constatação, pois foi mencionado aqui o processo de privatizações da década de 90, da venda da Vale, que, à época, era tão importante porque reduziria a dívida pública e injetaria os recursos resultantes da privatização em educação e saúde. E o que se obteve pelo valor da Vale — eu acho que muita gente não se lembra disso — foi o pagamento ou o equivalente ao pagamento de 3 ou 4 meses de juros da dívida pública. Vejam isso, que é impressionante: 3 ou 4 meses de pagamento dos juros da dívida pública! Não vou nem cogitar no que disso foi injetado na educação e na saúde no Brasil.

E todo esse processo está sendo empurrado por esse rolo compressor oportunista — perdoem-me a franqueza, apesar de estar nessa Casa —, ao final de uma Legislatura desprestigiada, desacreditada, com um governo carente de um mínimo de legitimidade.

Em qualquer outro país razoável do mundo, perguntariam: mas isso é possível? Como? Onde estão, Deputada Erika, o diligente Ministério Público, o ativista judiciário, a multiplicidade de órgãos de controle interno e externo? Parece que estão todos inativos.

Há uma estimativa, nos estudos que eu andei lendo — tive que ler para falar aqui —, de que o custo de construção do parque existente, não sei se coincide muito com o que disse o Dr. Martinelli, seria algo na ordem de 370 bilhões de reais. Eu não sei se isso está exagerado.

O dado que eu tenho é de que o parque existente, que compreende todas as diversas etapas do processo, seria de 370 bilhões de reais, e o valor de mercado, por baixo que fosse, seria de 31 bilhões de reais, em virtude de avaliação de valores de ações, etc., pelo qual eventualmente poderia se transacionar o controle da empresa.

Infelizmente, nós estamos sendo obrigados a discutir o assunto, porque ele foi imposto pela ordem do dia ou por esta ordem do dia. Infelizmente, também tenho que reconhecer que, como só ia acontecer no Brasil, a sociedade continua desinformada, alienada e inerte.

Como não sou da área, procurei reunir alguns números e, na condição de economista, acho que eles são impressionantes, como podemos verificar pelas suas usinas e participações.



(Segue-se exibição de imagens.)

Quando eu vi, li esses dados, fiquei realmente impressionado, porque poucos países têm um patrimônio com essas dimensões: quase um terço da capacidade de geração e cerca de 50% da de transmissão; cinco interligações de médio e grande porte com outros países da América Latina. Parece que isso também não é importante. Talvez, para a atual conjuntura do País, não haja nenhuma importância em preservar acordos internacionais.

A distribuição de energia feita pela empresa cobre quase 30% do território nacional. Corrijam-me os especialistas se esses dados não estiverem corretos. Além do mais, há programas de importância social, como o PROINFRA, o PROCEL e o Luz para Todos.

E há quem tenha a coragem de dizer que a venda vai propiciar a redução do déficit primário, do déficit corrente, com receita de capital. Aí entra a parte orçamentária a que eu queria me referir.

A redução do déficit primário decorre da relação de receitas e despesas correntes com receita de capital proveniente de uma “alienação” — entre aspas — disfarçada de ativos, porque a forma que se adotou não é a de uma alienação, vamos dizer assim, formal, clássica, mas, na realidade, existe, sim, uma alienação disfarçada de ativos, até pela diluição do capital e pela perda do valor relativo da capacidade estratégica do Estado de gerir, de conduzir as ações dessa empresa, desse sistema.

Numa situação ideal, clássica, em finanças públicas, teríamos, nessa comparação entre receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital, uma situação ideal em que há um superávit corrente, e essa parcela de excedentes das receitas correntes sobre as despesas correntes financia pelo menos parte das despesas de capital. Essa seria uma situação teoricamente ideal do ponto de vista de finanças públicas.

No caso brasileiro, vemos que estamos longe dessa situação. Eu peguei os dados do orçamento inicialmente aprovado para este ano, e é evidente que nós já temos um déficit primário, já temos um déficit corrente. Como os senhores podem ver, as receitas correntes são de 1,513 bilhão, e as despesas, de 1,850 bilhão, arredondando os dados. Só os juros aí orçados correspondem a 316. Vejam que,



antes de computar os juros, nós já temos déficit. Com os juros, é lógico que esse déficit se agrava.

Parte da rubrica “Operações de crédito”, que os senhores podem ver no quadro, do lado esquerdo como “Receitas de Capital”, são recursos captados para pagar uma parcela dos juros, ou pelo menos uma parcela dos juros, pois não conseguimos nem quitar a parcela de despesa que se repete a cada ano. Então, parte dos juros vai sendo capitalizada, e vai aumentando o estoque da dívida, que vai gerando novos juros e, portanto, contribuindo para a formação de novos déficits, déficits ocasionais. Então, vejam: 12 bilhões de reais não pagam nem a diferença entre receitas e despesas correntes antes do cômputo dos juros.

Eu fiz questão de apresentar uma síntese desse quadro orçamentário, para que as pessoas tenham uma ideia da hipocrisia do que é dito. Quem diz isso provavelmente não acredita nisso, sabe que isso é falso — isso é falso! Isso não paga a diferença que existe hoje entre as receitas e as despesas correntes antes do cômputo dos juros. É escandaloso! Quem nos passa essa mensagem ou quem pretende justificar dessa forma a privatização, na realidade acha que nós somos absolutamente ignorantes e idiotas.

A produção e a disponibilização de energia são variáveis estratégicas para qualquer país, para qualquer projeto de desenvolvimento. Aliás, uma das perguntas que ficam no ar, na hipótese de concretização dessa operação, é: quem e como serão tomadas as decisões sobre criação e ampliação da capacidade, alocação dos recursos, considerando, inclusive, que esses tipos de investimentos são investimentos sempre de longo prazo e que exigem, portanto, financiamento de longo prazo e de elevado volume? Quem vai articular as operações de geração, transmissão e distribuição de energia?

Eu pergunto isso, porque não sou da área. A não ser que realmente a proposta seja monopolizar o setor. Aí, realmente, pode-se supor que haverá uma articulação entre geração, transmissão e distribuição.

Quem vai atuar na definição da matriz energética em relação a outras fontes de energia? Isso ainda não comentamos aqui, mas essa é uma questão, na minha opinião, extremamente relevante. Acho que não é uma questão que possa ser tratada separadamente: alguém só pensa em energia eólica, outro só pensa em



biocombustível, um terceiro só pensa em energia hidrelétrica. Isso é praticamente impossível. E tudo isso numa visão nacional, integradora. Se isso acontecer, a pergunta que fica é: essas decisões obedecerão à lógica do interesse público ou à do interesse privado?

Eu diria mais: essa questão é muito relevante, porque há muitas coisas que nos sufocam no momento. Estou hoje aqui falando sobre a questão da ELETROBRAS, e, há poucos dias, estivemos no lançamento da campanha da PETROBRAS, que está sendo esquartejada. Mas, no caso que nós estamos abordando, acho que, aqui sim, a segurança nacional está em jogo, inclusive a própria segurança física das barragens. E nós temos exemplos recentes.

Parece-me, pelo que li e entendi, que essa é a maneira como outras grandes nações tratam o problema. Aqui temos exemplos insuspeitos: a China; o Canadá; a Noruega; os Estados Unidos, que já foram citados. No caso dos Estados Unidos não sei se chega a ser surpreendente, mas consta que o próprio Exército controla as usinas. É algo muito relevante na discussão. Na Noruega, só investidores públicos podem adquirir concessões. Na China, nem é preciso dizer, tudo é estatal. E é provável que a China venha a ser estatal aqui também, considerando que o mais provável é que realmente isso passe para as mãos dos chineses.

Não nos venham alegar que a União terá a maioria do capital! Isso é outra balela! Isso de nada adianta, ainda que o seja, se ela não puder exercer o controle efetivo das decisões da empresa. Tem muito pouco significado — isso foi demonstrado também — alegar que nenhum acionista poderá deter individualmente mais do que 10% do capital votante ou exercer o direito correspondente a um percentual superior a esse, até porque nós sabemos que, nas grandes corporações mundiais, o controle efetivo exercido é muito menos, às vezes, do que 10% do capital. Também não me digam que será criada uma ação preferencial de classe especial — isso é muito bonito — de propriedade exclusiva da União. Não sei se os meus colegas da área vão concordar, mas isso, quando muito, poderá servir para vetar certas decisões, mas nunca para tomá-las. Há uma grande diferença.

O certo é que a União se absterá de subscrever, direta ou indiretamente, através de entidades controladas, as novas ações correspondentes ao aumento de capital. Vejam que artifício bonito, não é? Não vamos vender o controle, não vamos



alienar as nossas ações, vamos aumentar o capital, mas não vamos subscrever o aumento de capital. Isso quer dizer que se vai diluir a participação acionária e, sobretudo, a capacidade decisória, ainda se cogitando a possibilidade de que venha a haver oferta pública secundária de ações de propriedade da União ou controlada direta ou indiretamente.

Fiz essa reflexão — vou concluir —, e à essa altura só Deus sabe a resposta. Como ficaria o fornecimento de energia para as regiões mais distantes e mais carentes, como sempre? Ou, sobretudo — isso já foi amplamente exposto com muito mais propriedade —, como ficarão as tarifas? Quem será subsidiado, especialmente com o aumento esperado das tarifas, segundo manifestação até de diretor da ANEEL? E, nesse caso, sendo necessário aumentar o subsídio, quem pagará a conta?

Lembrei ontem o meu conterrâneo Mário Quintana, que, em outras frases inspiradas, dizia que vivemos tempos bicudos. Ainda ontem se revelou documentalmente aquilo que muitas pessoas não acreditavam que pudesse ter havido na época da ditadura, que algumas pessoas mais vividas viveram, enfrentaram e sofreram. Muita gente teme acreditar na verdade, que tivemos que buscar lá fora, algo que não podemos encontrar aqui dentro. Lá, eles conservam os documentos; aqui, eles são incinerados. Então, realmente, com diria Mário Quintana, vivemos tempos bicudos.

Deputada Erika, é paradoxal que nós estejamos falando de energia, de luz, vivendo numa época de tantas sombras e de tanta escuridão. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas apenas para lembrar também Mário Quintana: *“Eles passarão... Eu passarinho!”*

Vou passar a palavra, neste momento, ao representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, Thiago Alves.

(Apresentação de peça teatral.)

(É entoada música Pra não dizer que não falei das flores.)

(É entoada música Ordem e progresso.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer imensamente à Brigada Lula Livre, que fez essa *performance*. A Brigada Lula Livre é composta pelo MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens, o MPA —



Movimento dos Pequenos Agricultores, o Levante Popular da Juventude, o MST e o MCP — Movimento de Cultura Popular.

Agradeço a eles imensamente, porque é por amor a esta pátria, ao Brasil, que seguimos dizendo “não” à privatização da ELETROBRAS e à entrega do Brasil, que está acontecendo de forma esquartejada, com a entrega da PETROBRAS aos pedaços e também com a ameaça aos Correios, consubstanciada no fechamento de mais de 500 agências e a demissão de mais de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras, além da ameaça aos bancos públicos, na medida em que vão privatizar a Loteria Instantânea da Caixa e estão impedindo a instituição de disputar o leilão!

Provavelmente, a Loteria Instantânea será entregue a empresas internacionais. Quem tem *expertise* para lidar com loterias neste País chama-se Caixa Econômica Federal, e ela está sendo impedida de disputar a licitação para poder gerir a LOTEX, a empresa de Loteria Instantânea, privatizada e arrancada da própria Caixa.

Além disso, temos a questão da INFRAERO. Estão sendo colocados à venda 13 aeroportos, para concessão. O Aeroporto de Vitória, inclusive, está sendo concedido por um valor inferior ao valor gasto na sua reforma, que foi de 680 milhões de reais. Ele acaba de ser reformado pelo Estado e está sendo colocado à venda. Nós já vimos isso antes em vários momentos neste País. Treze aeroportos lucrativos que estão sob a gestão da INFRAERO serão vendidos, o que resultará na impossibilidade de sobrevivência da empresa. Estão destruindo a INFRAERO num país que tem um dos maiores mercados internos para o transporte aéreo e que é ponte entre toda a América Latina, a Europa e os Estados Unidos. Nós estamos perdendo também os nossos céus.

Isso é o que o Governo tem feito. Por isso, implementaram um golpe e prendem, sem provas e sem cometimento de crime, Luiz Inácio Lula da Silva.

Dando continuidade a esta audiência pública, vamos passar a palavra ao Sr. Thiago Alves, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.

Mais uma vez, agradeço a *performance*, para lembrar que este é o nosso País e esta é a nossa bandeira. Não tentem roubar a bandeira brasileira para pisoteá-la e manchá-la com o sangue do golpe estabelecido neste País! Este é o nosso País, esta é a nossa bandeira. E para defender este País é que nós



defendemos a ELETROBRAS pública e que ela não seja entregue ao capital ou não seja entregue a empresas que nem brasileiras são.

Está com a palavra o Sr. Thiago Alves.

O SR. THIAGO ALVES - Senhoras e senhores, os integrantes da Brigada Lula Livre estão reunidos desde o dia 26 de abril aqui em Brasília, no espaço de formação sobre os grandes problemas que enfrenta a sociedade, em torno do tema central que se referêcia na prisão do Lula, mas que representa um projeto que tem os desdobramentos já amplamente debatidos aqui.

Além dos movimentos citados, Deputada Erika, o MAM — Movimento pela Soberania Popular na Mineração também está junto dessa Brigada.

Os jovens que estão aqui vieram dos Estados do Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Rondônia, Ceará, Sergipe e Distrito Federal. Essa Brigada reúne jovens de todo o Brasil, militantes dos movimentos, para dialogar com a população. Agora, eles vão se retirar porque já têm almoço programado no local de hospedagem. À tarde, vão para outras atividades.

Quero agradecer, em nome do MAB, em nome da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia e a Água. Nesses dias, eu também compartilhei um pouco do tempo e do espaço com a Brigada e agradeço por isso. A luta continua, em diálogo com o Congresso Nacional e, principalmente, com o conjunto da sociedade brasileira.

Aqui nós estamos para continuar esse diálogo. Não vamos nem usar a estrutura de exposição de dados já amplamente apresentados e discutidos.

Nós temos argumentos suficientes para sermos contra este projeto. Certamente, argumentos não faltam, argumentos de toda natureza, estudados, elaborados e discutidos de forma muito objetiva.

Pessoas nos acusam de usar a ideologia contra este projeto, como se ela não fosse um argumento. Dizer que querem destruir o País, o seu futuro e a sua possibilidade de construir um projeto de nação é um argumento objetivo, material, muito objetivo!

O nosso grande desafio é saber como vamos sair desta sala e das nossas salas de debate para chegar à sociedade brasileira. Queremos insistir nesse primeiro ponto.



E faço aqui uma saudação muito especial aos trabalhadores que aqui estão, às representações sindicais que dialogam com os atingidos por barragens, que são imediatamente os primeiros atingidos por esse processo, se formos discutir os muitos desdobramentos dessas ações para os trabalhadores.

Como é que nós vamos avançar para explicar isso à sociedade brasileira? Esse é um grande desafio para nós. E precisamos explicar isso de forma objetiva. Vejam: eu vim de Minas Gerais, sob a coordenação do MAB do Estado de Minas Gerais. Sou atingido e morador da região do Vale do Rio Doce. Estou até agora, neste mês, na região de Mariana, de mudança, possivelmente, para a região de Ipatinga, no Médio Rio Doce.

Nos últimos 2 anos e meio, a nossa militância tem sido, basicamente, acompanhar os desdobramentos do rompimento da barragem da Samarco. Esta semana, tive a oportunidade de escrever um pequeno texto que resume os argumentos e os desdobramentos da venda da Vale.

Para a nossa surpresa e espanto — e acho que não deveria ser assim; talvez sejamos ingênuos, porque ainda nos espantamos com o que se vê e o que se ouve nesta Casa —, o Presidente da ELETROBRAS, o Ministro da Fazenda e outros disseram que a Vale é o exemplo da ELETROBRAS privatizada. Isso é uma insanidade! É como se chamassem todos nós de idiotas, não é, professor?

Uma rápida busca no Google já nos apresenta argumentos suficientemente claros para mostrar que, definitivamente, a Vale não é modelo para nada, numa sociedade que defenda os direitos humanos e o trabalho como forma de desenvolvimento amplo da sociedade, e não como meio de exploração nesse modelo de capitalismo selvagem que atingimos hoje no Brasil.

São muitos os argumentos. É o mesmo cenário, é o mesmo roteiro. A venda da Vale por 3,3 bilhões de reais foi resultado de uma avaliação feita por empresas ligadas aos compradores da empresa. Isso já tornaria o leilão nulo na fonte. A subavaliação das minas foi de 100 bilhões de reais. Havia ali um patrimônio de 100 bilhões de reais que foi transformado em algo que valia 3,3 bilhões de reais. Só com esses argumentos nós começamos um debate objetivo, contábil, e não ideológico.

E os argumentos seguem. Entre maio e novembro de 1997, foram demitidos 3.300 trabalhadores da Vale, num primeiro ato após a privatização. É o que veremos



acontecer no Sistema ELETROBRAS, como vimos na Light, no Rio de Janeiro, e em muitos outros casos.

Por exemplo, a CSN — Companhia Siderúrgica Nacional foi privatizada em 1992. Por acaso, os donos da CSN, os Steinbruch, depois se aglutinaram para comprar a Vale. E agora podem, inclusive, entrar na disputa eleitoral. Mais de 20 mil trabalhadores foram demitidos depois da privatização da CSN.

Estou apenas trazendo alguns elementos básicos que aparecem numa busca muito simples na Internet. Qualquer jovem com alguma habilidade no teclado poderia encontrá-los. Mas nada mostra tão claramente a eficiência do setor privado como o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. Esse não é um assunto para ser tratado somente pelos atingidos na região ou pelo Estado. Esse assunto envolve um debate sobre o futuro do País.

Aquele rompimento foi o resultado de uma decisão política da Vale e da BHP Billiton de manter a média de lucros em tempos de crise com uma gambiarra de engenharia nas obras da Barragem de Germano e da Barragem de Fundão, sem considerar os investimentos necessários em segurança para as comunidades e para os trabalhadores.

Essas informações estão à disposição e são fruto de investigações do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, da Polícia Civil de Minas Gerais. Todas as investigações apontam que aquele rompimento foi resultado de um processo de negligência deliberada das empresas. Existe inclusive uma ação penal em tramitação na região de Ponte Nova, na Justiça Federal, com 22 indiciados por homicídio, um processo gigantesco, com 400 testemunhas.

Queríamos que a Justiça Federal em Ponte Nova fosse tão ágil quanto a Justiça Federal em Curitiba. Isso seria um avanço para a sociedade. Queríamos inclusive uma resposta justa, mas que viesse de um processo da Justiça naquela região.

Eu fui um dos poucos jornalistas que entraram na sala do juiz. Ele falou simplesmente o seguinte: *“Nós não temos condição de julgar este processo. Nós não temos estrutura física nem para guardar os volumes deste processo. Como*



vamos dar seguimento a ele?” Existe, portanto, uma decisão de não avançar com isso.

Para nossa surpresa também, ingênuos que somos, além de vermos a Vale como modelo da privatização, nós temos a Renova como modelo de atuação no Rio São Francisco. Para mim, foi uma grande surpresa vir de Minas Gerais e ter que lidar com esse povo, dentro desta Casa, como modelo. A Renova é uma fundação de direito privado criada pela Vale, pela BHP Billiton e pela Samarco. Ela é só uma marca criada para gerir 20 bilhões de reais no processo de reparação do direito dos atingidos por 15 anos, no mínimo. Criou-se uma estrutura que não tem, na prática, nenhum controle do Estado e que gere, de forma completamente autônoma, 20 bilhões de reais. Ela vai gerir esse valor pelos próximos 15 anos.

Eu ficaria aqui até amanhã para dizer, com muitos e muitos exemplos, como a Renova, definitivamente, é um instrumento de poder político das mineradoras e de grupos políticos ligados especialmente ao PSDB de Aécio Neves. Aqui teremos muitos exemplos. Um exemplo muito claro e que aqui muitos viram foi a presença do Brumer, um dos diretores da Renova, um grande executivo ligado a várias grandes empresas — BHP, USIMINAS, Vale, etc. — e que foi o tesoureiro da campanha de Aécio Neves em 2014, o homem de confiança de Aécio Neves.

Ao falarmos de Aécio Neves, eu acredito que já surge na cabeça de todos vocês que nos ouvem o significado de quem é Aécio Neves para Minas Gerais e quem é esse político para o Estado brasileiro. Ele é um dos capitães do golpe neste País.

Nós vamos fazendo esse mapa dos interesses que estão por trás dessa proposta de forma muito clara. Brumer é acusado, inclusive, de evasão de divisas das próprias empresas que administrava. Poderíamos ficar até amanhã falando desses exemplos.

Os tempos de sombra que avançam sobre nós, sobre toda a sociedade brasileira, sobre os movimentos sociais do campo, sobre as organizações sociais, sobre os trabalhadores do setor elétrico e sobre todo o esforço de dignidade e de defesa de direitos exigem de nós muita coragem, Deputada Erika. Lembro que você sempre cita Guimarães Rosa, do nosso Estado. Neste tempo, eu também vou pedir licença para citar: *“Nós precisamos de coragem, muita coragem”*.



Os argumentos nós temos a perder vista. Nós temos muitos argumentos. Podemos escrever textos todas as semanas, que virarão livros de argumentos contra esses golpistas que instalaram neste Estado e no País a farsa e a mentira como modelo de fazer política. E contra as sombras nós só temos a luz como forma de resistência e de ofensiva.

Mas não seremos só nós, no meio dessa escuridão, cada um com uma velinha — porque a luz vai estar cara e não vai dar para ligar a luz —, que conseguiremos iluminar essa escuridão. Nós precisamos entregar na mão de cada brasileiro e de cada brasileira, de norte a sul, de leste a oeste do País, uma vela para iluminar essa escuridão.

E a vela, eu digo aqui, é a informação. Nós precisamos informar a sociedade brasileira de tudo isso que está acontecendo. O povo não sabe disso. E essa desinformação deliberada que a Rede Globo, nossa grande inimiga de classe, membro integrante e comandante desse processo...

Como nós vamos informar milhões de pessoas que nos esperam para receber essas informações? Esse é um grande desafio. Nós não temos resposta pronta, mas já temos uma iniciativa, que é uma brigada de agitação e propaganda. Do mesmo jeito que ela está em São Paulo; está em Curitiba; está em Fortaleza; no início de junho, vai se iniciar no Rio de Janeiro; e, no dia 18, estará em Belo Horizonte, com a mesma experiência, com os mesmos movimentos, para dialogar com a população. Esse é um grande desafio.

Outro desafio que está junto é a unidade política da Esquerda brasileira. Esse é um grande desafio. Como nós vamos pautar a unidade política de toda a Esquerda: a Esquerda eleitoral que está colocada, que é muito importante, mas, para além dela, a Esquerda dos movimentos sociais do campo e da cidade, das centrais sindicais e do Parlamento? Como nós vamos fazer isso?

Isso é muito importante, porque não é contra uma candidatura que nós lutamos. Veja, a Direita brasileira nem tem candidato ainda. Não é contra uma candidatura que lutamos. Quem dera fosse só isso! Teríamos o Lula ou não, outro candidato ou não. Mas é muito mais que isso. O nosso inimigo é o grande capital financeiro internacional nos impondo este projeto. E esses bandidos canalhas —vou repetir nesta Casa — são simples operadores. Eles ajudam e caem, como ocorreu



com Eduardo Cunha e com muitos outros que aqui atuaram para isso. O nosso grande desafio é a unidade. Mas essa unidade é para além de protocolos, reuniões, encontros e candidaturas possíveis. E como nós vamos traduzir essa unidade em luta de massa neste País?

Na semana que vem, nós vamos ter aqui em Brasília uma ofensiva do Governo, no caso da Caixa, reunindo 6 mil a 7 mil gerentes da Caixa, para apresentar o seu projeto. Como nós vamos fazer essa disputa? São desafios grandes e urgentes para nós. Mas esse é um ponto importante.

Nós do MAB, junto com os eletricitários, os movimentos da plataforma operária e camponesa da água e da energia estamos nessa busca, nos Estados e regiões e aqui em Brasília, fazendo esse esforço de unidade. No dia 15, às 18 horas, na CUT de Brasília, provavelmente, vamos fazer uma grande reunião com os eletricitários que estão aqui em Brasília, em processo de negociação salarial, que é uma das lutas, e com todas as forças políticas da Esquerda que possam estar ali nesse dia, para fomentarmos esse salto de qualidade, com diálogo com os trabalhadores, com a Esquerda e com a sociedade brasileira. E vamos nos juntar com os demais, com os bancários que estão em luta e as outras categorias. Sem isso, camaradas, não vamos avançar, porque o nosso inimigo, que está na sombra, além de ser o capital financeiro internacional, é uma coisa perigosíssima que temos de compreender: o fascismo, que avança sobre nós e que quer destruir todo o lastro de solidariedade, de amizade e de companheirismo e instaurar o ódio como prática política. Essa é uma coisa terrível contra o que nós temos que fazer uma luta profunda de longo prazo. Senão, eu, que não sou exatamente tão novo, e outros companheiros mais novos vamos ter muita dificuldade de fazer essa luta num futuro próximo, porque o fascismo que avança pelas sombras nos ameaça. E só a luta, só a organização, só a unidade e só a coragem que a vida nos impõe diariamente neste País nos levarão a avançar nisso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Thiago. Quero apenas dizer que o fascismo está perdendo a modéstia, está se colocando à luz do dia, subindo nas tribunas, assumindo os microfones e tem até a intenção de colocar uma faixa presidencial. E a faixa presidencial roubada provoca solidão.



No final da ditadura militar, dizíamos que havia a solidão das fardas, dos uniformes. Hoje, há a solidão daquele que põe a faixa presidencial usurpada, roubada. E a resposta do povo brasileiro vem através das pesquisas eleitorais. Mas nós não podemos apostar apenas numa resposta eleitoral, que está sendo destruída por um governo que vai avançando no golpe e frauda as eleições, porque rasgou 54 milhões de votos, há 2 anos, e agora prende Luiz Inácio Lula da Silva, sem provas e sem crime, para fraudar as eleições de 2018.

Portanto, é preciso avançar na organização dos espaços, dos territórios, avançar na organização popular. Isso pressupõe também romper com a construção da apartação, que nos leva a nos apartarmos uns dos outros, e com a construção de inimigos imaginários. Eles constroem inimigos imaginários, como Hitler e todos os fascistas da história mundial construíram, para que haja permissão para o ódio, e constroem a cultura do medo. Há um medo sendo construído todos os dias. E o medo possibilita a aceitação das soluções de ordem. O medo possibilita que uma intervenção no Rio de Janeiro seja aceita pela própria população, uma intervenção que é uma fraude, como são fraudulentas as ações deste Governo. E o medo leva também à permissão do ódio. Então, nós estamos vencendo um ódio que destrói os espaços coletivos, que também são destruídos pelo medo, e as pessoas buscam aninhar-se e isolar-se numa vã noção de que há um processo de proteção no isolamento e no cercamento. Mas a nossa proteção são os movimentos sociais, os movimentos dos territórios e o movimento popular que possibilitam a construção de sujeitos coletivos.

Nós estamos vivendo um período muito duro da história do Brasil. E a cada dia ele fica mais nítido e vai se assumindo enquanto tal. Acho que o fascismo beija o nosso rosto neste momento. Em função disso e pelo que representa a empresa, propõe-se a privatização da ELETROBRAS. Esta audiência tem mostrado isso em todos os momentos. Essa privatização representa a impossibilidade de termos um instrumento para diminuir as desigualdades regionais e as desigualdades sociais, por intermédio da ELETROBRAS, com o subsídio cruzado. Isso não existirá mais. Vai-se trabalhar sob a égide do lucro.



O Mauro me mostrava agora um cálculo concreto de que as empresas terão lucro por conta do aumento da tarifa por volta de 420 bilhões de reais, em 30 anos, e nós vamos perder também o papel regulador da ELETROBRAS.

Todos nós sabemos que, quando a ELETROBRAS entrou em Jirau e em Santo Antônio, ela baixou os preços. Então, ela tem papel regulador.

Eles dizem que a ELETROBRAS não vai ser privatizada, vai ter o capital aumentado. *“Ah, mas nós não vamos vender a ELETROBRAS por 12 bilhões de reais”*. Não. Eles vão vender o controle acionário por 12 bilhões de reais. Isso significa que o controle da empresa passa a ser daqueles que ficarão com as ações, porque a União não terá mais a condição de sócia majoritária. Então, vão vender o controle da ELETROBRAS por 12 bilhões de reais. E se se calcularem os investimentos, que é outro dado da apresentação do Mauro, e se atualizarem o que foi investido na construção das hidrelétricas, veremos que a empresa tem quase 400 bilhões de reais em ativos.

Então, faz-se o investimento, a população paga, através de empréstimos do BNDES e das tarifas, e hoje há uma cotização com base no preço da tarifa relacionada ao custo da energia, sendo que o custo maior é o investimento. A matéria-prima da energia é barata, é água. Portanto, o custo já foi pago, já foi amortizado, e foi pago pelo povo brasileiro, que vai pagar de novo e vai pagar muito caro — muito caro!

Eles dizem que a tarifa vai diminuir, mas isso não se sustenta, até porque há uma tarifa de R\$40 por megawatt-hora, em média. E, ainda que se calcule o risco hidrológico de um rio que não vai pertencer mais ao povo brasileiro... Esse relatório do Deputado José Carlos Aleluia é um engodo e uma fraude, porque houve um compromisso de se tirar algumas empresas da MP no Senado, e ele as introduziu novamente no relatório do projeto de privatização. E o engodo é dizer que se vão dedicar 500 milhões de reais para a revitalização do Rio São Francisco, numa tentativa de atrair a bancada nordestina, que tem feito uma grande defesa suprapartidária da CHESF, quando disseram: *“Mas o rio não vai mais pertencer ao povo! O rio vai ficar sob o controle de quem vai comprar a CHESF. Não será mais do povo, nem da União”*. Então eles constroem uma nova empresa, uma empresa privada, uma organização social que vai manusear esses recursos que serão



dedicados à iniciativa privada. E é a mesma coisa com o CEPEL. Mas a Fabíola falará muito melhor sobre isso do que eu.

Precisamos também pontuar os elementos deste relatório, que foi aqui disponibilizado. Há uma previsão de votação, que deve acontecer daqui a uns 15 dias. Há um prazo a cumprir de cinco sessões da Câmara. E, se se mantiver a norma da Casa, essas sessões vão acontecer em 2 semanas, então será lido o relatório. Há a possibilidade de pedido de vista. Obviamente, vamos usar todos os instrumentos possíveis de obstrução para impedir que o relatório seja apreciado. E há a previsão de se apreciar o relatório nesta Comissão, talvez, no final do mês.

A Comissão tem poder terminativo. Mas, obviamente, vamos fazer os requerimentos para que o projeto vá ao plenário. Então haverá ainda o prazo de cinco sessões, depois de concluída a votação aqui, para se saber se o projeto vai ou não ser apreciado no plenário. E, passando o recurso, delibera-se o mérito do projeto no plenário. Nós vamos fazer requerimentos para que seja suspenso ou eliminado o efeito terminativo da proposição, pois, caso não haja esse requerimento, ele é aprovado aqui e segue para o Senado, ou seja, não passa pelo plenário. Nós teremos que fazer um requerimento e o faremos. Não há dificuldade nisso. E o requerimento tem que ter assinaturas de pelo menos 10% dos Parlamentares da Casa para o projeto ir para o plenário.

Antes de passar a palavra à Fabíola, lembro que, no dia 22, às 14 horas, teremos, na Comissão de Trabalho, possivelmente no Plenário 12, a presença do Presidente da ELETROBRAS, com a finalidade específica de explicar como essa empresa contrata uma empresa de publicidade, sem licitação, por 2 milhões de reais, para desqualificar a empresa e seus trabalhadores. A bancada do Partido dos Trabalhadores, que compõe esta Comissão, está entrando com uma representação para que ele responda sobre isso.

Nós havíamos feito um requerimento na Comissão de Trabalho para convocar o Ministro, porque é só o que nos cabe fazer, e foi firmado um acordo de que retiráramos esse requerimento de convocação do Ministro com a garantia de que o Presidente da empresa viesse aqui, no dia 22 — esperamos que isso seja antes da própria votação do relatório —, para prestar esclarecimentos sobre o que ele disse de forma criminosa.



O Piscitelli foi muito feliz ao dizer que a Vale do Rio Doce custou 2 ou 3 meses de pagamento de juros da dívida. A empresa foi vendida por 3,3 bilhões de reais. E foi um processo semelhante ao da ELETROBRAS. Empresas que trabalham na avaliação do patrimônio público o subavaliam, e são empresas relacionadas a quem vai comprar esse patrimônio.

Sabemos que essa desqualificação da ELETROBRAS, mentirosa e criminosa, tenta baixar o preço da empresa para justificar a sua venda com disputas de narrativas.

A enquete que está sendo feita nesta Comissão indica que 98% da população que a respondeu é contra a privatização. As pesquisas indicam que a população é contra a privatização.

Nós precisamos lembrar os Parlamentares que pesa estar num palanque ao lado de um Governo que vai atuar contra o que acredita o povo brasileiro. Por isso, o trabalho junto aos Parlamentares locais e aos movimentos na disputa da hegemonia da narrativa é tão importante, para que possamos fazer valer a luz, em contraposição ao que disse o Thiago sobre as sombras que estão em curso. Lembro aqui Thiago de Mello, que disse: *“Faz escuro, mas eu canto”*. Eu canto o novo amanhã. Não é hora de dormir, é hora de construir o novo amanhã. Faz escuro, mas eu canto.

E nós vamos cantar agora, através da fala da Fabíola Antezana, que é representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários. Ela e os eletricitários estão dando um exemplo para o Brasil. A federação, o coletivo, o sindicato, todos eles estão dando exemplo para o Brasil, tanto que várias categorias de setores que estão sob ameaça de privatização estão querendo conversar com os eletricitários, porque eles fizeram uma discussão correta, foram para cima, estão disputando a narrativa e, seguramente, serão um dos construtores — porque será construída com muitas mãos, como em todas as grandes vitórias — da derrota que vamos impor à proposta de privatização da ELETROBRAS. *(Palmas.)*

Tenho a convicção de que nós podemos repetir o que aconteceu com a reforma da Previdência. Ninguém acreditava que era possível derrotar a reforma da Previdência. Ela foi derrotada, porque nós disputamos a narrativa, o povo incorporou a narrativa, a verdade sobre a reforma da Previdência, e pressionou os



Parlamentares, que acabaram por impedir que houvesse o recuo. É óbvio que estamos falando de um projeto que precisa de maioria simples e que é a joia da coroa do Governo. O Governo precisa dar respostas ao mercado e busca a resposta através da privatização da ELETROBRAS, que é o que ele acha possível construir neste momento. Nós achamos que não é possível, porque vamos reagir, resistir e derrotar mais uma vez o Governo. Além disso, haverá a derrota que o povo brasileiro vai impor nas urnas a este projeto que ainda não tem cara, como disse o Thiago, e não tem nome para o defender. Eles buscam desesperadamente encontrar um nome para fazer a defesa de um projeto que significa a retirada de direitos, a entrega do patrimônio público e a subalternização do Brasil aos Estados Unidos e a países mais ricos, que enriqueceram à custa da América Latina, da África e do povo brasileiro.

Concedo a palavra à Fabíola Antezana, representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, com a nossa eterna gratidão, que é a gratidão do povo brasileiro, pela luta que os eletricitários e urbanitários estão realizando em defesa da ELETROBRAS.

A SRA. FABÍOLA ANTEZANA - Boa tarde a todos e a todas ainda presentes.

Eu havia trazido uma apresentação, mas, por conta do avançado da hora, vou pular parte da apresentação e vou direto a alguns pontos que gostaria de frisar.

Acho que tanto o Nelson quanto o Mauro, o Prof. Roberto e o próprio Thiago colocaram com muita propriedade os impactos da privatização da ELETROBRAS para a sociedade. Talvez o principal deles, o que mais vai doer em um curto espaço de tempo, seja o aumento na conta de energia. E esse tem sido o nosso *slogan* durante esses 11 meses de campanha.

Há 11 meses, nós estamos nesta Casa praticamente todos os dias, de segunda a sexta. As assessorias até falam que nós viemos morar aqui dentro, porque, quando nós estamos caminhando, encontramos com um e com outro, sempre tentando construir as alternativas que nós temos para mostrar o que está por trás desse processo de venda da ELETROBRAS.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu queria passar direto pela parte inicial da apresentação. Aqui havia exemplos de países que tiveram a conta de energia elétrica aumentada depois da



privatização das empresas de eletricidade, como Portugal e Argentina. O nosso Estado vizinho, Goiás, teve aumento no preço da energia acima da inflação, após a privatização da CELG, que é a pior empresa hoje do setor elétrico. Foi privatizada recentemente. Além disso, houve demissões. O perdão de dívidas veio depois da privatização, mas elas foram usadas à época para depreciar o valor da empresa. E trouxe também exemplos de países que demonstram que é preciso manter um setor estratégico como esse nas mãos do Estado, como os Estados Unidos e a Alemanha. Enfim, vou passar direto por tudo isso.

Eu só queria passar aqui uma coisa que eu acho que talvez não tenha ficado tão clara. Nós vamos ficar na dependência da iniciativa privada. Se a ELETROBRAS for privatizada, cada brasileiro, cada brasileira vai ficar nas mãos de empresas privadas.

Eu fiz uma pesquisa no Google, como o Thiago falou. Por quê? Porque eu acho que é a forma mais fácil de dialogar com as pessoas. Quando alguém está em dúvida, graças ao advento da Internet, dos celulares e de tudo o mais, vai ao celular, ao computador e joga no Google o que quer encontrar. Eu joguei no Google o apagão que aconteceu há 2 meses e que deixou o Norte e o Nordeste no escuro.

Quando você coloca no Google as palavras “apagão”, “Norte” e “Nordeste”, aparecem, por ordem — eu não fiz nenhum “control C, control V”, até porque eu sou uma negação na área de informática —, assim: *“Apagão provocado por empresa privada chinesa atinge todo o Brasil”*. Provavelmente foi a mais vista e é da nossa central, a CUT — Central Única dos trabalhadores. Depois vem: *“Apagão foi causado por teste de operadora chinesa em horário...”* Aí é o horário comercial. O site é o da Rede Brasil Atual. E aí começam os grandes meios de comunicação: *“Falha em linha de Belo Monte causa apagão em três Estados do Nordeste”*; *“Apagão no Norte e Nordeste foi causado por falha em linha”*; *“Apagão atinge estados do Norte e Nordeste”*. Parece que, quanto mais o meio de comunicação tem ideologia de direita, menos explicação dá sobre o apagão na sua manchete. Aqui está claro, não é? O Globo: *“Apagão atinge estados do Norte e Nordeste”*. Então, nós temos que tomar muito cuidado quando vamos nos informar sobre alguma coisa.



Eu fiz questão de colocar aqui o que é essa empresa que causou esse apagão, causando prejuízo bilionário para o País, mas que até agora não sofreu nenhuma consequência. Não houve nenhuma multa ainda para a empresa. Se fosse uma empresa estatal, a multa teria sido determinada no mesmo dia pela ANEEL.

A empresa Belo Monte Transmissora de Energia é 51% da State Grid, uma empresa chinesa, 24,5% de FURNAS e 24,5% da ELETRONORTE, que são duas estatais. O controle da empresa, portanto, é chinês. E, como o professor bem disse, quem manda é quem detém o controle. Então, quem manda são os chineses aqui.

Para mencionar o que vai acontecer com todo o nosso setor se esse processo de privatização for aprovado aqui nesta Casa, estes são os pontos que eu queria destacar de fato com relação a esse processo aqui na Câmara, que é o objeto desta discussão do PL 9.463. Quando nós pegamos os pontos do relatório inicial e do relatório que foi entregue ontem, protocolado aqui nesta Casa por volta das 3 e meia da tarde, vemos que não há grandes diferenças conceituais no relatório. A desestatização está mantida. A abertura de capital para venda ao capital privado está mantida, a venda das ações, aquele limite de 10%. Então, está colocada a perda do comando estatal.

Chamam a atenção três pontos, que foram as três grandes mexidas por parte do Deputado Aleluia. As empresas de geração e transmissão do sistema ELETROBRAS são recolocadas no PND. Então, o acordo político que se firmou no âmbito do Senado, na Comissão Mista que discutia a Medida Provisória nº 814, que o Governo fez questão de dizer que não se tratava da privatização, apenas saiu do âmbito da Comissão Mista da MP 814 porque já havia acordo para que fosse colocado aqui dentro do PL 9.463. Então, na correlação de forças tudo está muito bem estruturado.

Nós estamos aqui há 11 meses fazendo esta resistência. Está mais do que claro que o debate não é técnico. O debate não é técnico. O debate é ideológico. E isso fica mais claro a cada dia que passa, porque, se nós pegarmos as audiências feitas dentro desta Comissão Especial instalada aqui na Câmara e apresentações que estão disponíveis no próprio *site* da Câmara, veremos que pelo menos 80% dos dados apresentados mostram impactos negativos para a sociedade. E se esta Casa deve legislar sobre o que é bom para a sociedade brasileira, não estaria dando



prosseguimento a este projeto. Então, fica claro que na verdade é uma questão ideológica.

Foi duramente criticado nós perdemos o CEPEL, que é um centro de pesquisa. O texto foi modificado, e o CEPEL vai virar uma organização social. Então, na verdade, ele vai virar uma organização privada, mas vai ser mantido pela ELETROBRAS. Cento e setenta milhões de reais vão ser colocados anualmente no CEPEL, o que vai lhe dar direito a uma carteira de projetos e pesquisas, mas que vai servir na verdade a interesses privados. Está toda colocada a nova conformação do CEPEL.

E o que mais chama a atenção é a tal da Fundação REVITA. Essa fundação REVITA, nos moldes do que é a Renova de Minas Gerais, tem uma grande diferença já no seu nascedouro. Em Minas, o desastre de Mariana foi provocado por empresa privadas. Então, são empresas privadas que pegam o seu capital e colocam nas mãos de uma fundação privada para fazer gestão. Aqui vai se colocar recurso público. A CHESF vai ter a obrigação de colocar 500 milhões de reais por ano nas mãos dessa fundação privada, que vai fazer a gestão desse recurso. E as atribuições que estão colocadas para essa REVITA são quase que um Ctrl+c, Ctrl+v das obrigações que hoje detém a CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, que é uma entidade que já existe, já tem um corpo de trabalhadores, já tem uma estrutura montada, tem toda uma rede de atuação, convênios e parcerias com Ministérios, com Secretarias Estaduais, Federais e Municipais. Ou seja, ela sabe como caminhar, mas vai ser criada uma estrutura paralela privada para fazer gestão de recurso público na ordem de 500 milhões de reais por ano.

Tudo bem, vamos fazer de conta que isso vai funcionar. Se fosse para funcionar, do ponto de vista lógico, a sede dessa fundação seria colocada no nascedouro do Rio São Francisco. Se o objetivo é revitalizar o Rio São Francisco, é necessário cuidar da nascente. Quando se fala em educação, não se diz que é preciso cuidar mesmo da educação básica, na qual as crianças formam a base do seu conhecimento, então é ali que se tem que fazer o investimento? Não temos que cuidar dos nossos filhos desde pequeninhos, porque assim se forma o caráter que



eles vão ter quando crescerem? Então, é mais ou menos a mesma coisa: deve-se cuidar das nascentes do Rio São Francisco.

Hoje, 70% da vazão do Rio São Francisco está no Estado de Minas Gerais. E a sede da REVITA será no Estado da Bahia, que é o Estado do Relator José Carlos Aleluia. Então, se fosse uma coisa séria, pelo menos a sede da REVITA seria no Estado onde nasce o Rio São Francisco, e não onde ele praticamente finda.

Outra coisa que chama a atenção é que estão sendo imputadas ao setor elétrico brasileiro — a CHESF faz parte da ELETROBRAS — todas as mazelas do Rio São Francisco. Existem relatórios do próprio Governo Federal — o Ministério do Meio Ambiente tem um relatório de mais de mil páginas, com dois volumes — disponíveis, analisando a exploração do Rio São Francisco. Nesses relatórios são mostradas todas as atividades de exploração na bacia do Rio São Francisco e o impacto de cada uma delas. A maioria é agropecuária de empresa privada; mineração, em menor grau, mas tudo de empresa privada; ocupação desordenada do solo; indústria, a grande maioria privada. Então, está sendo imputada a um setor que não causa tanta depredação no Rio São Francisco toda a função de revitalizar aquela bacia.

Ao verificar os dados das bacias como um todo, percebe-se que há bacias em situação até pior do que a do Rio São Francisco, e outras que estão caminhando para a mesma situação. Então, se a discussão nesta Casa fosse realmente técnica, vários fatores seriam considerados, e esse relatório apresentado pelo Deputado Aleluia sequer teria sido colocado no papel para ser apresentado. Então, fica muito clara a questão ideológica.

Vou dar um exemplo que talvez seja bem o retrato do que estamos vivendo. Quando iniciamos, há 11 meses, aqui em Brasília... Sou do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal — STIU-DF. Sou do Coletivo Nacional dos Eletricitários, mas meu sindicato base é aqui em Brasília. Nós procuramos todos os Parlamentares da base, Deputados e Senadores. À época, conseguimos declaração de todos, e havia unanimidade contra o processo de privatização da ELETROBRAS. Alguns até disseram que eram contra a forma como a privatização estava sendo proposta e que iriam votar contra.



Começamos uma pesquisa semana passada. A MP já está aprovada na Comissão Mista, vem agora ao Plenário da Câmara, depois vai ao Plenário do Senado. O relatório do PL já foi entregue, a Deputada disse que até o final do mês ele deve ser apreciado na Comissão Mista, ou seja, está chegando ao limite do prazo para a votação. O Governo tem que votar a matéria, ele precisa entregar sua encomenda.

Nós estamos refazendo a pesquisa na nossa base, e já existe um dissidente, o Deputado Fraga, que vota favorável a esse processo de entrega. Então, qual é o nosso papel agora? Ir para cima do Deputado Fraga. Esse vai ser o papel de cada um de nós, em todos os Estados. A pressão que nós fazemos é o contraponto à pressão que o Governo faz. Nós sabemos que nossa pressão é diferente, mas também sabemos que este é um ano diferente, porque vai haver eleições. Essa nossa pressão vai ser fundamental para nós conseguirmos, de fato, virar essa batalha.

Eu incluí essa imagem: *“Quando tudo for privado, seremos privados de tudo”*. É o que estamos vivendo. Estamos vendo isso em vários setores e vamos viver isso também no caso da energia, se houver a privatização. Tenho grande esperança de que não haja.

Nós dissemos que esta seria a semana do apocalipse, porque haveria a votação da medida provisória, a entrega do relatório e várias outras questões ligadas ao setor elétrico. Foi instalada esta semana a Comissão que trata da portabilidade da energia, que já tem matérias. Incrivelmente, tudo que sai na mídia liberal de direita se concretiza. Então, provavelmente essa Comissão vai receber o novo modelo de setor elétrico. Isso vai ser enxertado no texto, quando chegar a hora do substitutivo.

No domingo, tivemos uma grande baixa. O companheiro Ikaro, que estaria aqui na Mesa representando nosso sindicato local, mandou uma mensagem que eu queria ler:

Estou orgulhoso da garra e da resiliência da nossa categoria. Agradeço muito todas as mensagens de solidariedade. Em breve estarei de volta. A vitória será nossa. Para cima deles!



É isso, gente: ou vamos para cima deles agora — estamos chegando ao final da reta —, ou, como diz o ditado, vamos morrer na praia.

Para finalizar, a Erika me pediu para falar de uma situação. Temos mostrado quais interesses estão por trás da venda da ELETROBRAS. Tentamos resumir tudo nesse eslaide.

Similarmente ao que aconteceu com a Vale, a empresa que fez o levantamento dos ativos da ELETROBRAS e que está chegando com os números e tudo o mais tem sido o banco BTG. Aliás, ele foi contratado com dispensa de licitação, à época, pela Elena Landau, Presidenta do Conselho de Administração. Quem estava respondendo pelo banco, no seu cargo maior, era o ex-companheiro de vida pessoal dela. O banco BTG foi contratado, e começaram os estudos. Nesse período, o BTG comprou algumas ações da ELETROBRAS. A notícia de que o projeto de privatização está pronto estoura, as ações valorizam-se, e o banco ganha bastante dinheiro. O BTG é dono da BTG Pactual Comercializadora de Energia, uma das empresas que mais ganham dinheiro no País, que comercializa uma energia que ela não gasta 1 real para produzir. E o banco BTG é dono da BTG Comercializadora de Energia, que também compra bastante da ELETROBRAS. Ela tem uma relação intrínseca com um fundo de Cingapura, um dos maiores acionistas preferenciais hoje do Sistema ELETROBRAS, que pretende comprar um pouco mais quando essas ações forem ofertadas. Ela é acionista preferencial da Equatorial, que está dizendo aos quatro ventos que tem interesse em comprar as empresas distribuidoras de energia. Ela possui várias sociedades de propósito específico, várias empresas parceiras da Vinci Partners, que também é uma controladora preferencial da ELETROBRAS. Ela possui também grandes relações comerciais com o banco Opportunity, que também tem dito que tem interesse em adquirir as ações da ELETROBRAS. O BTG e o Opportunity são parceiros no capital social da Equatorial.

Então, analisamos esse desenho todo, mas é dito aos quatro ventos que ninguém vai ter mais que 10% de poder de voto. Basta somar: o Opportunity tem 10%; a 3G vai ter mais 10%; a Vinci Partners vai ter mais 10%; a Equatorial vai ter mais 10%; o fundo de Cingapura vai ter mais 10%. Pronto, somando tudo, sabemos



quem vai mandar numa situação em que a ELETROBRAS for privatizada: o banco BTG.

O banco BTG tem por trás de si o grupo 3G Radar, ligado a Jorge Paulo Lemann, que tinha pessoas trabalhando no processo chave da privatização. É o caso de Oscar Salomão, no Rio de Janeiro, que foi mandado embora. Entretanto, o Diretor Wilson Pinto continuou com ele nesse escopo. Ele foi demitido, mas continuou tendo acesso à sala, ao computador, a tudo mais. Também é o caso do ex-Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia Paulo Pedrosa, que é o mentor desse processo inteiro e que agora se encontra em quarentena, meio afastado. Mas sabemos que ele continua acompanhando bem de perto esse processo.

Então, são esses, provavelmente, que estarão dando as cartas, caso esse processo venha a ser concretizado. Aí, depende de nós, da nossa pressão, do nosso trabalho com esses Parlamentares, que isso não aconteça.

Esta semana, temos visto os dirigentes um pouco cabisbaixos por causa da derrota na medida provisória, porque se entregou o relatório. Temos dito que, se nós que estamos na linha de frente esmaecemos, quem está atrás esmaece também.

A cada derrota, temos uma vitória. Uma grande vitória é a presença do Prof. Davi com esses meninos da escola de Samambaia, que nos procuraram e pediram para fazermos uma grande aula pública em frente à subestação de Furnas em Samambaia. No próximo dia 17, de manhã, vamos fazer uma grande aula pública para esses meninos de ensino médio que querem saber o que significa todo esse processo. Isso é história. Esses são os passos. Quando falamos em dialogar com a sociedade, é assim que estamos nos inserindo.

Agradeço a oportunidade, que é um ponto de luz no meio dessa escuridão toda na batalha que estamos travando aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço à Fabíola.

Estamos chegando ao final da nossa audiência, que foi extremamente rica sob vários aspectos. Queremos, inclusive, divulgar as apresentações que aqui foram feitas e torná-las públicas ao máximo.

Achamos que é extremamente incorreto e desleal que o Relator apresente seu parecer antes de encerradas as audiências. As audiências nas Comissões são



feitas para formar opiniões. Esta semana serão realizadas várias audiências nos Estados, que são importantes, porque sabemos da resistência da bancada nordestina e da bancada de Minas. As audiências ainda estão em curso, mas o Relator já entregou o seu parecer ontem. Tenho impressão de que ele já tinha esse parecer pronto antes de começar a Comissão. Ele só fez alguma maquiagem, algumas mudanças cosméticas. Foi sentindo a pressão e aumentou o que ele tinha previsto de verba para a revitalização do Rio São Francisco em 150 milhões de reais, mas joga para a iniciativa privada manusear isso e desconsidera a privatização das águas que estará em curso.

Vou usar uma lâmina da apresentação da Fabíola, em que ela fala da privatização das águas. O projeto que está no Senado quer privatizar as águas.

A geração hidrelétrica, como uso não consuntivo, poderia ter distintas regras para negociação, por exemplo, um grupo de usuários poderia negociar um aumento ou diminuição da vazão de descarga de uma usina hidrelétrica para suprir a demanda de água desses em determinado período.

Portanto, estamos falando que vai haver controle privado e que está prevista a venda da água, transformando-a numa mercadoria.

Quero lembrar que, quando falamos do Rio São Francisco, que é quase um mar... Ele tem essa ousadia do povo brasileiro de incorporar e construir seus próprios mares. O Rio São Francisco é mais ou menos como um mar, penso eu. Esse rio tem múltiplos usos: navegação, mineração — Fabíola Falava disso —, agricultura, indústria, consumo humano. Há uma série de usos e uma série de interesses em curso na gestão, na utilização das águas do Rio São Francisco. Isso será dirigido pela empresa privada que vai desenvolver esse processo.

Lembro que o relatório da medida provisória agrega uma série de questões que vai majorar, sem nenhuma dúvida, os encargos a serem impostos aos consumidores. Portanto, vamos fazer um grande movimento, porque sabemos que existem setores que representam a indústria e o setor agrícola que sabem como é importante a energia barata e acessível para o desenvolvimento do País.



Eles sabem, e o Governo também sabe. O problema é que o Governo não tem projeto de desenvolvimento nacional. O projeto dele é ligado ao rentismo, ele não tem projeto de desenvolvimento. Para quem lucra com serviços e juros da dívida, não importa se o povo pode comprar qualquer coisa, porque não produz nada; não importa o trabalho, porque não produz nada; não importa a infraestrutura, porque não produz nada; não importam os insumos, porque nada produzem.

Eu queria mais uma vez agradecer a presença de todas e de todos. Mais uma vez, reafirmo a posição de uma série de partidos que estão na Comissão: nós estamos trabalhando — eu sou do Partido dos Trabalhadores, mas não é só o Partido dos Trabalhadores — de forma coadunada com vários outros partidos, como o PSB, o PCdoB, o PSOL, o PDT —, e ainda há Parlamentares da base do Governo oferecendo resistência ao processo. Eles estão querendo desbistar as resistências.

Essa questão da revitalização do Rio São Francisco é nitidamente um engodo, uma isca, para aplacar a resistência da bancada nordestina. A bancada do Nordeste e a bancada do Norte — porque o Norte envolve as distribuidoras, e eles sabem da importância delas para levar o desenvolvimento sob vários pontos de vista para a sua Região — têm resistência ao processo.

Eles estão fazendo um processo de negociação com essas bancadas. Este é o sentido da revitalização do Rio São Francisco, e não nos assusta se houver qualquer tipo de negociação que atenda aos Estados do Norte também.

Portanto, eles mediram a resistência, fizeram uma Comissão em que não há Parlamentares do Nordeste na base governista, os Parlamentares da base governista são de Mato Grosso, do Centro-Oeste e do Sul do País em grande medida.

Há poucos Parlamentares da base do Governo, com exceção do Presidente e do Relator. Praticamente não há outro Parlamentar da base do Governo que seja do Nordeste, porque eles construíram a Comissão já para estabelecer uma maioria nela. Nós vamos resistir e vamos continuar resistindo. Nós sabemos o que está em jogo, e o que está em jogo é o próprio País.

Por isso, eu vou, agradecendo mais uma vez, registrar a presença do Sr. Jeferson, Diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília, porque nós temos a



necessidade de unificar o conjunto dos movimentos para a defesa da ELETROBRAS, para que nós possamos defender este País.

Eu encerro com Guimarães Rosa, como foi falado pelo Thiago Alves, que diz que o correr da vida às vezes embrulha tudo, e que a vida é mais ou menos assim: ora apertada, ora afrouxada; ora esquenta, ora esfria; ora inquieta, desassossega, ora se aquieta. Mas o que a vida exige de nós é coragem.

E eu me calo com o que foi cantado pelo Movimento Brigada Lula Livre, que é o lema do MST: *“É por amor a esta Pátria, Brasil, que a gente segue em fileira”*. Nós continuamos em fileira em defesa da energia, da soberania energética, e em defesa da soberania nacional.

Portanto, não toquem na ELETROBRAS. Ela não é dos que estão pelas asas do golpe ocupando o Palácio do Planalto, ela é do povo brasileiro.

Com isso, declaro encerrada a presente audiência. *(Palmas.)*